

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90009/2026/TCMPA

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ (925460)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição e instalação de mobiliário destinado a atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.537.940,13 (cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta reais e treze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

Dia 21/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM?

Não

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

PA202517285

O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ - TCMPE, por intermédio da Seção de Contratos, Convênios e Licitações, unidade subordinada à Diretoria de Administração,, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, visando a aquisição do objeto abaixo descrito, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto do presente certame é o **Registro de Preços para aquisição e instalação de mobiliário destinado a atender as necessidades do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital Convocatório e seu respectivo Termo de Referência.
- 1.2. O objeto deste certame foi dividido em dois grupos, com seus respectivos itens. Para fins do estabelecimento do **valor máximo unitário aceitável por item**, que refletirá no seu valor global, foi realizada pesquisa de mercado que servirá de parâmetro para julgamento, conforme segue adiante:

GRUPO I - ASSENTOS					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	445412	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS.	500 UN	2.161,27	1.080.635,00
2	625040	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA.	80 UN	3.824,59	305.967,20
3	399298	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO.	100 UN	1.412,11	141.211,00
4	474177	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO Medidas: 800x900x900mm (LxPxA)	40 UN	5.993,43	239.737,20
5	610974	SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO Medidas: 2360x900x900mm (LxPxA)	15 UN	10.010,41	150.156,15
6	461908	POLTRONA DE ESPERA	30 UN	2.433,99	73.019,70
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO I					1.990.726,25

GRUPO II - MOBILIÁRIO CORPORATIVO

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	613192	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	50 UN	2.538,31	126.915,50
8	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	40 UN	2.697,87	107.914,80
9	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	60 UN	2.697,87	161.872,20
10	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)	10 UN	2.708,62	27.086,20
11	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)	20 UN	2.709,50	54.190,00
12	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)	50 UN	4.875,00	243.750,00
13	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)	80 UN	2.904,91	232.392,80
14	629932	DIVISORES DE MESA FRONTAIS Medidas: 1200x250mm (LxA)	150 UN	449,97	67.495,50
15	607705	DIVISORES DE MESA LATERAL Medidas: 600x250mm (LxA)	250 UN	342,39	85.597,50

16	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x1600mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm	30 UN	3.504,51	105.135,30
17	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x2000mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm	5 UN	4.820,27	24.101,35
18	389507	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600MM Medidas: 2200x600x735mm (LxPxA)	12 UN	2.879,04	34.548,48
19	629931	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600MM Medidas: 1600x600x735mm (LxPxA)	10 UN	3.689,00	36.890,00
20	629860	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO Medidas: Tampo Principal 1600x800x735mm (LxPxA)	60 UN	6.662,47	399.748,20
21	607705	MESA LATERAL Medidas: 600x600x600mm (LxPxA)	40 UN	1.257,34	50.293,60
22	630275	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x740mm (LxPxA)	300 UN	1.478,27	443.481,00
23	630274	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x1600mm (LxPxA)	80 UN	2.663,60	213.088,00
24	603768	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS Medidas: 1400x500x683mm (LxPxA)	30 UN	3.198,54	95.956,20
25	608467	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS Medidas: 800x300x2100mm (LxPxA)	20 UN	3.336,78	66.735,60
26	607703	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600MM. Medidas: 1400x600x1100mm (LxPxA)	5 UN	3.262,33	16.311,65
27	614634	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900MM. Medidas: 1800x900x740mm (LxPxA)	10 UN	3.582,00	35.820,00
28	230627	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS. Medidas: 400x480x600mm (LxPxH)	500 UN	1.669,08	834.540,00

29	481005	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA Medidas: 1600x800mm (LxP)	10 UN	8.335,00	83.350,00
VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO II					3.547.213,88
VALOR TOTAL ESTIMADO (GRUPO I + GRUPO II)					5.537.940,13

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, pois possuem especificações usuais de mercado, não possuindo complexidade e heterogeneidade que justificasse a caracterização como especial.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Resolução Administrativa 03/2024 - TCM-PA.
- 1.5. A modalidade de licitação adequada é o **pregão eletrônico, para Registro de Preços** Lei 14.133/21, devido à natureza comum dos serviços e a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas através de competição.

Prazo de vigência

- 1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, com renovação de seu saldo inicial desde que comprovado o preço vantajoso, através de pesquisa de mercado, conforme Art. 19 da Resolução Administrativa nº 2/2025/TCM-PA e art. 84 da Lei 14.133/21.
- 1.7. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame não será objeto de adesão.
- 1.8. O processo de aquisição ocorrerá utilizando-se do critério de julgamento **MENOR PREÇO**.
- 1.9. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- 1.10. Os produtos deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, localizado na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, no horário de 08:00 às 14:00, mediante prévio agendamento.
- 1.11. A descrição detalhada das características necessárias para cada item encontra-se no **Apêndice V - Especificações Técnicas (Catálogo de Mobiliário)**.
- 1.12. Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site Compras Governamentais (Comprasnet), prevalecerão as do Edital.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. Os recursos orçamentários no valor de **R\$ 5.537.940,13** (cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta reais e treze centavos) para fazer face às aquisições deste certame estão

disponíveis na seguinte **Classificação Orçamentária: 03101.01.122.1454-8742 - Aparelhamento e Adequação das Instalações Físicas. Fonte: 01500000001, Elemento de Despesa: 449052.**

3. DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Neste certame, **será utilizado o procedimento auxiliar de contratação pública denominado Sistema de Registro de Preços**, previsto no art. 78 da Lei Nº 14.133/2021.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de certificação digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.
- 4.6. A não observância do disposto no item acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 5.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **Sicaf** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 5.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 5.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.6.** Neste certame não se aplica o tratamento exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 5.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 5.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 5.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.7.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.7.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 5.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8. O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. **As propostas deverão ser apresentadas no prazo de 8 (oito) dias úteis**, conforme prevê a alínea “a” do inciso I do art. 55 da Lei 14.133/2021.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens e deste Edital.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 6.4.1. **Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos**, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.4.2. **Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.4.3. **Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.4.4. **Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 6.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 6.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 6.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 6.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 6.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 6.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 6.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 6.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 6.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 6.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 6.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 6.7.11. Cujos titulares ou sócios guardam, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 6.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou/e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão

pública e da fase de envio de lances.

- 6.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.13.2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.16.** A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor referente a cada grupo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital Convocatório;
- 7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**
- 7.5.** Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 7.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.9.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- 7.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.10.1.** Neste caso específico, considerando o critério de julgamento que é o menor preço, as licitantes devem respeitar os preços máximos apurados e que foram informados no Termo de Referência deste Edital Convocatório;
- 7.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.**
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.**
- 8.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 8.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de

sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 8.5. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário de cada grupo, mas o julgamento será pelo valor global do grupo.**
- 8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.
- 8.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, que será o **“aberto”**.
- 8.11.** Para este certame, tendo em vista que o modo de disputa será “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**
- 8.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 8.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 8.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 8.19.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).
- 8.20.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 8.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

- 8.21.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) Empresas brasileiras;
 - c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.21.2. **Esgotados os critérios previstos no item anterior, o vencedor será determinado através de sorteio realizado pelo próprio sistema compras.gov.**
- 8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.23. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos neste Edital.
- 8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.25. **Os preços máximos unitários aceitáveis, para cada item do grupo, serão os respectivos preços estimados.**

9. DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. **SICAF**;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.
- 9.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 9.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 9.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar ocorrência de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se válido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 9.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 9.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 9.6.1. **Contiver vícios insanáveis;**
- 9.6.2. **Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;**
- 9.6.3. **Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a**

contratação;

9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos neste Edital;

9.6.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

9.7.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração

9.7.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto previsto neste termo, sem prejuízo das previsões editalícias.

9.14. O edital da licitação poderá conter outras disposições concernentes ao critério de julgamento da proposta, desde que não conflitem com este Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.1.** **A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**
- 10.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo.
- 10.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 10.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.9.** A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.9.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 10.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem

desatualizados.

- 10.10.1. **A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.**
- 10.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 10.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 10.12. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.13. **Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:**
- 10.13.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.13.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.13.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fê pública.
- 10.14. **Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**
- 10.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 10.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1
- 10.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10.19. Habilitação Jurídica

- 10.19.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.19.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 10.19.3. **No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.19.4. **Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera**, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 10.19.5. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.19.6. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- 10.19.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.20. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 10.20.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;
- 10.20.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 10.20.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- 10.20.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.20.5. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa**, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.21. Regularidade Econômico-Financeira

- 10.21.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.**
- 10.21.2. **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
 - 10.21.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
 - 10.21.2.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 10.21.2.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.21.3. **A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**, relativa ao último exercício social.
- 10.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.22. Qualificação Técnica

- 10.22.1. A **empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica-operacional**, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante.
 - 10.22.1.1. Para atendimento à presente exigência, será necessário comprovar experiência prévia no fornecimento dos itens de maior relevância do respectivo lote, conforme especificado na tabela abaixo:

LOTE	ITEM
Lote I	1 - Cadeira Giratória com espaldar alto em estofado com braços reguláveis.
	2 - Cadeira Giratória com espaldar alto em tela com braços reguláveis e apoio de cabeça.
Lote II	12 - Mesa Retangular tipo Estação de Trabalho Dupla – Módulo Inicial – com painel frontal inferior e sistema de passa-fio embutido. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)
	13 - Mesa Retangular tipo Estação de Trabalho Dupla – Módulo Complemento – com painel frontal inferior e sistema de passa-fio embutido. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)

10.22.1.2. Os atestados de capacidade técnica deverão estar emitidos em nome e com CNPJ/ MF da matriz e/ ou da(s) filial(ais) da licitante;

10.22.1.3. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado o atestado ou certidão deverá ter firma reconhecida.

10.22.2. Declaração de que, caso venha a ser vencedora do certame, a licitante se compromete a disponibilizar assistência técnica para os equipamentos ofertados durante todo o período de garantia, diretamente ou por meio de rede credenciada, assegurando atendimento às demandas da Administração, inclusive com suporte “in loco”, quando necessário, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, sem qualquer ônus para o TCM/PA, devendo a estrutura necessária para a prestação dos serviços estar plenamente implementada até o início da execução contratual.

10.23. Declarações obrigatórias a serem emitidas pela empresa licitante:

10.23.1. Declaração, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (item 9.4. do Termo de Referência)

10.23.2. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021. (item 9.5. do Termo de Referência)

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital.

- 11.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:
- a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
 - b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 dias úteis; ou
 - c) Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 11.4.** O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 11.5.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, na forma do inciso III do art. 6º da Lei Federal 10.522/22, bem como consulta prévia ao Cadin-Pa, na forma prescrita no inciso V do art. 8º da Lei Estadual nº 8.873/19.

12. DOS RECURSOS

- 12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**
- 12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação do TCM PA.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da avença;
- b) Der causa à inexecução parcial do instrumento substitutivo de contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da avença;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para qualificação na contratação direta;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o instrumento substitutivo de contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Prestar declaração falsa durante a inexigibilidade de licitação ou execução do instrumento substitutivo de contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento substitutivo de contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência:** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do instrumento substitutivo de contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

13.2.1. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste instrumento substitutivo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

- b. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste instrumento substitutivo de Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- c. Multa:**
- a) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 13.3. Compensatória**, para as infrações descritas acima alíneas “8.1.1” a “8.1.8” de 0,5 % (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 13.4.** A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º da Lei n. 14.133/2021).
- 13.5.** Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n. 14.133/2021).
- 13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n. 14.133/2021).
 - 13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n. 14.133/2021).
 - 13.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei n. 14.133/2021) :**
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei n. 14.133/2021).
- 13.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento substitutivo de Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).
- 13.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da lei n. 14.133/2021).
- 13.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.
- 13.12.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes.cpl@tcmpa.tc.br, até às 23:59 horas, no horário oficial de Brasília-DF. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

- 14.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 15.1. Nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá, mediante decisão motivada:
- I - Revogar a licitação, por razões de conveniência e oportunidade, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do § 2º e § 3º do referido artigo;
 - II – Anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que identificada ilegalidade insanável, com a expressa indicação dos atos viciados, nos termos do § 1º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se igualmente o direito à prévia manifestação dos interessados.
- 15.2. A anulação ou revogação do processo licitatório não gera direito à indenização aos licitantes, ressalvado o direito ao ressarcimento pelos custos decorrentes da participação na licitação, caso comprovadamente incorridos, nos termos do § 3º do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. **Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após o esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para apreciação final.**
- 16.2. A autoridade competente, verificando a regularidade de todos os atos processuais, procederá à adjudicação do objeto ao licitante vencedor e à homologação do procedimento licitatório, nos termos do disposto nos artigos 23, inciso XI, e 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3. A adjudicação consistirá na atribuição formal do objeto da licitação ao vencedor, enquanto a homologação representará a ratificação da regularidade e da legalidade de todas as fases do procedimento, devendo ambos os atos ser devidamente motivados e formalizados em despacho específico, com a devida publicidade.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA AMOSTRA

- 17.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme subitem 4.16 do Termo de Referência.
- 17.2. Quanto à amostra, poderá ser exigido, conforme disciplina, os subitens 4.33 a 4.46 do Termo de Referência.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL, DA GARANTIA DOS BENS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 18.1.** Será exigida garantia contratual, na forma prescrita nos subitens 4.17. a 4.32 do Termo de referência.
- 18.2.** Quanto à garantia dos bens e respectiva assistência técnica, estão devidamente previstos nos subitens 5.5 a 5.16 do Termo de Referência.

19. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 19.1.** Os critérios de recebimento, liquidação e pagamento estão devidamente inseridos no item 7 do Termo de Referência.

20. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE

- 20.1.** Há previsão do reequilíbrio econômico financeiro dos preços registrados, conforme o item 9 do Termo de Referência;

21. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da lei n. 14.133/2021):

- 21.1.** Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. DAS ALTERAÇÕES

- 22.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 22.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 22.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em

contrário, pelo Pregoeiro.

- 23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 23.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 23.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.9.** **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- 23.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico do Tribunal (área de licitações e credenciamentos): <https://www.tcmpa.tc.br/>
- 23.11.** **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- 23.11.1. **ANEXO I - Termo De Referência nº 15 - DMO** e seus apêndices:
- **Apêndice I** - Modelo Declaração Em Atendimento Ao Inciso XXXIII, Da Constituição Federal;
 - **Apêndice II** - Modelo Declaração De Reserva De Cargos Para Pessoa Com Deficiência;
 - **Apêndice III** - Análise de Risco;
 - **Apêndice IV** - Termo de Garantia;
 - **Apêndice V** - Especificações Técnicas.
- 23.11.2. **ANEXO II** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 23.11.3. **ANEXO III** - Minuta de Contrato;
- 23.11.4. **ANEXO IV** - Modelo de Proposta Grupo 1;
- 23.11.5. **ANEXO V** - Modelo de Proposta Grupo 2.

24. DO FORO

- 24.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de BELÉM-PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Belém/PA, 06 de maio de 2026.

LÚCIO DUTRA VALE
Conselheiro Presidente do TCM PA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15/2025 - DMO

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo de referência tem como finalidade **Registro de Preços para Contratação de aquisição e instalação de mobiliário destinado a atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

LOTE I - ASSENTOS					
ITE M	CATM AT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	445412	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS.	500 UN	2.161,27	1.080.635,00
2	625040	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA.	80 UN	3.824,59	305.967,20
3	399298	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO.	100 UN	1.412,11	141.211,00
4	474177	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO Medidas: 800x900x900mm (LxPxA)	40 UN	5.993,43	239.737,20
5	610974	SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO Medidas: 2360x900x900mm (LxPxA)	15 UN	10.010,41	150.156,15
6	461908	POLTRONA DE ESPERA	30 UN	2.433,99	73.019,70
VALOR TOTAL LOTE I					1.990.726,25

LOTE II - MOBILIÁRIO CORPORATIVO					
ITE M	CATM AT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	613192	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	50 UN	2.538,31	126.915,50
8	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.	40 UN	2.697,87	107.914,80

		Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
9	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	60 UN	2.697,87	161.872,20
10	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)	10 UN	2.708,62	27.086,20
11	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)	20 UN	2.709,50	54.190,00
12	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)	50 UN	4.875,00	243.750,00
13	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)	80 UN	2.904,91	232.392,80
14	629932	DIVISORES DE MESA FRONTAIS Medidas: 1200x250mm (LxA)	150 UN	449,97	67.495,50
15	607705	DIVISORES DE MESA LATERAL Medidas: 600x250mm (LxA)	250 UN	342,39	85.597,50
16	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x1600mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm	30 UN	3.504,51	105.135,30
17	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x2000mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm	5 UN	4.820,27	24.101,35
18	389507	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600MM Medidas: 2200x600x735mm (LxPxA)	12 UN	2.879,04	34.548,48
19	629931	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600MM Medidas: 1600x600x735mm (LxPxA)	10 UN	3.689,00	36.890,00

20	629860	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO Medidas: Tampo Principal 1600x800x735mm (LxPxA)	60 UN	6.662,47	399.748,20
21	607705	MESA LATERAL Medidas: 600x600x600mm (LxPxA)	40 UN	1.257,34	50.293,60
22	630275	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x740mm (LxPxA)	300 UN	1.478,27	443.481,00
23	630274	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x1600mm (LxPxA)	80 UN	2.663,60	213.088,00
24	603768	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS Medidas: 1400x500x683mm (LxPxA)	30 UN	3.198,54	95.956,20
25	608467	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS Medidas: 800x300x2100mm (LxPxA)	20 UN	3.336,78	66.735,60
26	607703	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600MM. Medidas: 1400x600x1100mm (LxPxA)	5 UN	3.262,33	16.311,65
27	614634	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900MM. Medidas: 1800x900x740mm (LxPxA)	10 UN	3.582,00	35.820,00
28	230627	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS. Medidas: 400x480x600mm (LxPxH)	500 UN	1.669,08	834.540,00
29	481005	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA Medidas: 1600x800mm (LxP)	10 UN	8.335,00	83.350,00
VALOR TOTAL LOTE II					3.547.213,88
VALOR TOTAL (GRUPO I + GRUPO II)					5.537.940,13

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações usuais de mercado, não possuindo complexidade e heterogeneidade que justificasse a caracterização como especial.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Resolução Administrativa 03/2024 - TCM-PA.
- 1.4. A modalidade de licitação adequada é o pregão eletrônico, para Registro de Preços Lei 14.133/21, devido à natureza comum dos serviços e a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas através de competição.
- 1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, com renovação de seu saldo inicial desde que comprovado o preço vantajoso, através de pesquisa de mercado, conforme Art. 19 da Resolução Administrativa nº 2/2025/TCM-PA e art. 84 da Lei 14.133/21.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame não será objeto de adesão.

- 1.7. O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.8. O processo de aquisição ocorrerá no tipo MENOR PREÇO POR LOTE.
- 1.9. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.
- 1.10. Os produtos deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, localizado na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, no horário de 08:00 às 14:00, mediante prévio agendamento.
- 1.11. A descrição detalhada das características necessárias para cada item encontra-se no **Apêndice V - Especificações Técnicas (Catálogo de Mobiliário)**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Atualmente, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) demanda à adequação de alguns de seus espaços físicos. Os projetos de reformulações das áreas do Térreo (Recepção, Espaço Vida, Ouvidoria, Gabinete Militar, Reprografia, Comunicação, Rádio e Museu), bem como nos Gabinetes dos Conselheiros Substitutos, exigem a aquisição de mobiliário compatível com o novo layout arquitetônico e com as necessidades operacionais e institucionais. Além disso, há um déficit de mobiliário adequado decorrente da desativação de bens por desgaste natural, quebra ou obsolescência, comprometendo a ergonomia, o atendimento ao público e a eficiência dos serviços prestados.
- 2.2. A aquisição de novas mobílias permitirá equipar de forma adequada os ambientes reformulados, proporcionando funcionalidade, conforto e organização aos espaços, para os seus usuários. A modernização dos ambientes com mobiliário adequado contribuirá para a melhoria das condições de trabalho, da acessibilidade e da imagem institucional do TCM. A contratação também contempla a reposição de peças inativadas no patrimônio, assegurando a continuidade das atividades sem prejuízos estruturais ou operacionais. De forma a atender as demandas do TCM ao menos para o biênio 2025-2026.
- 2.3. A não realização desta contratação poderá acarretar diversos impactos negativos, tais como: Subutilização ou inviabilização dos novos espaços readequados, comprometendo o investimento público realizado nas obras; Prejuízos à qualidade do atendimento ao público e à imagem institucional, especialmente em áreas como Recepção, Ouvidoria e Espaço Vida; Condições inadequadas de trabalho para os servidores, com possíveis riscos ergonômicos e redução da produtividade; Impossibilidade de funcionamento pleno dos Gabinetes dos Conselheiros Substitutos, prejudicando o desempenho das atividades finalísticas do Tribunal;
- 2.4. A opção por ata de registro de preços é fundamentada pelo Art. 3º da Resolução Administrativa 02/2025-TCM/PA, inciso I e II: Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; e II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- 2.5. Os mobiliários do TCM-PA deverão ser padronizados ao longo da vigência da ata de registro de preços, como serão uma transição gradual, a ata de registro de preços é a melhor alternativa para aquisição de mobiliários de forma parcelada, de acordo com a conclusão da reformulação dos espaços institucionais, além de possibilitar a gestão a substituição e desembolso da aquisição destes equipamentos no momento mais oportuno.

- 2.6. Dessa forma, a contratação é essencial para garantir a plena utilização dos espaços adequados, à reposição eficiente do patrimônio mobiliário e a continuidade dos serviços prestados com qualidade e eficiência pelo TCM.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. Deverá ser contratada empresa especializada no fornecimento e instalação de mobiliários para as instalações do TCM/PA.
- 3.2. O prazo de entrega dos equipamentos objeto do presente Termo de Referência não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Autorização de Fornecimento e o prazo da garantia, no período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 3.3. O TCM/PA designará a fiscalização do contrato, para recebimento e conferência dos mobiliários entregues. Será procedida a verificação de acordo com as características e especificações descritas neste documento, posteriormente, a contratada ficará, caso necessário, responsável pela instalação e montagem dos mobiliários.
- 3.4. Ressalta-se que se os objetos forem entregues em desacordo com o especificado neste Termo de Referência e na proposta vencedora será rejeitado, obrigando-se a empresa a substituí-lo imediatamente, sob pena de ser aplicada penalidade.
- 3.5. Constatada essa ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação. No caso de recusa do objeto, a empresa contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para providenciar a sua substituição, contados da comunicação escrita feita pela fiscalização.
- 3.6. Imediatamente após a emissão, pela fiscalização, do recebimento definitivo do objeto, o TCM/PA adotará as providências para pagamento.

Justificativa Do Parcelamento Do Objeto

- 3.7. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar o parcelamento do objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de maior número de fornecedores.
- 3.8. No caso da presente contratação, destinada ao fornecimento e instalação de mobiliário para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, verificou-se que os itens a serem adquiridos apresentam natureza heterogênea, abrangendo diferentes tipologias de produtos, tais como assentos (cadeiras, sofás e poltronas) e mobiliário corporativo (mesas, armários, divisórias, gaveteiros e demais itens de escritório), conforme descrito no item 1 deste Termo de Referência.
- 3.9. Considerando as características do mercado fornecedor, observa-se que tais produtos são frequentemente comercializados por segmentos distintos da indústria moveleira, havendo fabricantes e fornecedores especializados em assentos e outros especializados em mobiliário corporativo. Dessa forma, a divisão do objeto em dois lotes técnicos mostra-se adequada para ampliar a competitividade do certame e permitir a participação de empresas especializadas em cada segmento.

- 3.10. Contudo, avaliou-se que o parcelamento em número maior de lotes ou por item individual poderia acarretar aumento da complexidade administrativa e dos custos de gestão contratual, em razão da necessidade de celebração e acompanhamento de múltiplos contratos ou instrumentos equivalentes, o que poderia comprometer a eficiência da contratação.
- 3.11. Nesse sentido, foi observado o disposto no art. 47, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que, na decisão quanto ao parcelamento, deve ser considerado o custo para a Administração decorrente da gestão de vários contratos em comparação com as eventuais vantagens econômicas obtidas com a divisão do objeto.
- 3.12. Assim, concluiu-se que a divisão em dois lotes representa a solução que melhor equilibra:
- 3.12.1 a ampliação da competitividade do certame;
 - 3.12.2 a especialização do mercado fornecedor; e
 - 3.12.3 a eficiência administrativa na gestão da futura Ata de Registro de Preços.
- 3.13. Dessa forma, a contratação foi estruturada nos seguintes agrupamentos:
- Lote I – Assentos;**
Lote II – Mobiliário Corporativo.
- 3.14. Tal estrutura permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento, sem gerar fragmentação excessiva da contratação ou aumento desproporcional dos custos administrativos para o Tribunal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A descrição detalhada das características necessárias para cada item encontra-se no **Apêndice V - Especificações Técnicas (Catálogo de Mobiliário)**.
- 4.2. Os produtos deverão apresentar **Garantia mínima de 2 (dois) anos contra defeitos de fabricação** bem como por problemas decorrentes de mal acondicionamento e falhas no transporte.
- 4.3. Para garantir a aquisição de móveis de qualidade, todos os produtos devem estar de acordo com as normas da ABNT.
- 4.4. Deverão possuir Laudo Técnico de comprovação do atendimento à Norma Regulamentadora NRº 17 do Ministério do Trabalho emitida por profissional competente membro da ABERGO - Associação Brasileira de Ergonomia, que deverá ser comprovado através da documentação do profissional (itens 1 a 3, 7 a 13, 16 a 29).
- 4.5. Apresentar Certificado de Conformidade de Produto da ABNT de acordo com a norma NBR 13962:2018 - Cadeiras Giratórias e fixa (item 1 a 3), acompanhado do relatório de ensaio atestando que o produto é capaz de suportar usuários de até 120 kg.
- 4.6. Apresentar Certificado de Conformidade de Produto da ABNT de acordo com a norma NBR 13966:2008 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio (itens 7 a 13, 16, 17 e 21).
- 4.7. Apresentar Certificado de Conformidade de Produto da ABNT de acordo com a norma NBR 13961:2010 – Móveis para escritório - Armários (itens 22 a 25 e 29).
- 4.8. Apresentar Certificado de Conformidade de Produto da ABNT de acordo com a norma NBR 15164:2004 - Móveis estofados - Sofás (itens 4 e 5).
- 4.9. Apresentar para os mobiliários estofados, cadeiras, poltronas e sofás relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO da norma ABNT NBR 8537 – Espuma flexível de

poliuretano – Determinação da densidade aparente, devendo ser comprovada densidade mínima de 40 kg/m³ para cadeiras e poltronas e densidade mínima de 50 kg/m³ para sofás.

- 4.10. Apresentar para os mobiliários estofados, cadeiras, poltronas e sofás Relatórios de ensaio emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO da norma ABNT NBR 9178 – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das características de queima, devendo ser comprovada velocidade máxima de propagação de chama de 100 mm/min.
- 4.11. Apresentar Certificado de Conformidade de Produto da ABNT de acordo com a norma NBR ISO 14020/2020 e 14024/2022 - Rotulagem Ambiental (itens 1, 3, 7, 13, 16, 17, 23, 24, 25 e 29)
- 4.12. A licitante deverá apresentar declaração, em papel timbrado, de que, caso venha a ser vencedora do certame, compromete-se a prestar assistência técnica aos produtos fornecidos, assegurando atendimento no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação formal do TCM/PA.
- 4.13. A assistência técnica poderá ser prestada por equipe própria ou por meio de rede credenciada, devendo a contratada, até o início da execução contratual, dispor de estrutura adequada para atendimento das demandas, inclusive com prestação de suporte “in loco”, quando necessário.
- 4.14. Declaração fornecida pelo fabricante, em caso do proponente se tratar de revenda autorizada dos mobiliários, comprovando ser autorizado pelo fabricante, com firma reconhecida em cartório.
- 4.15. Declaração fornecida pelo próprio fabricante que substituirá qualquer peça que eventualmente apresente defeito de fabricação dentro do período da garantia.

Subcontratação

- 4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.17. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato a ser firmado.
- 4.18. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 - 4.18.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
 - 4.18.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
 - 4.18.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
 - 4.18.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
 - 4.18.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.19.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.20.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.21.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.22.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.22.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.23.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.23.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- 4.23.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 4.24.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.25.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.26.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.27.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.27.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.27.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 4.28. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.28.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.28.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.29. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.30. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.31. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.32. A garantia de execução é **independente** de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Amostra (Caso necessário)

- 4.33. Faculta-se ao TCM-PA solicitar à licitante, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preço, amostra dos produtos ofertados, quando não for possível aferir, de forma suficiente, a qualidade, ergonomia, acabamento e conformidade do mobiliário por meio da proposta apresentada, incluindo catálogos, fichas técnicas e demais documentos comprobatórios, hipótese em que a amostra deverá ser encaminhada ao Protocolo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, localizado na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, no horário de 08:00 às 14:00 horas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da solicitação do Pregoeiro.
- 4.34. Faculta-se a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.35. Poderão ser solicitadas amostras dos itens de maior relevância técnica e/ou representatividade financeira, limitadas a, no máximo, 01 (um) item por lote, ressalvada a hipótese de itens que componham solução integrada ou modular, cuja avaliação dependa do funcionamento conjunto dos componentes.
- 4.36. Nesse contexto, ficam definidos os seguintes itens para eventual apresentação de amostra:
- 4.36.1 Lote I: 1 - Cadeira Giratória com espaldar alto em estofado com braços reguláveis
- 4.36.2 Lote II: 12 - Mesa Retangular tipo Estação de Trabalho Dupla – Módulo Inicial – com painel frontal inferior e sistema de passa-fio embutido, e 13 - Mesa Retangular tipo Estação de Trabalho Dupla – Módulo Complemento – com painel frontal inferior e sistema de passa-fio embutido.
- 4.37. A exigência de amostra possui caráter complementar à análise da proposta, destinando-se à verificação da conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas, especialmente

quanto à qualidade, ergonomia, acabamento e desempenho, não se confundindo com os requisitos de habilitação técnica.

- 4.38.** A amostra deverá estar em conformidade com as especificações técnicas, devidamente identificada com o número do Certame Licitatório ao qual concorre, bem como o nome da licitante, conter os respectivos prospectos, documentação técnica e manual de utilização, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo, em língua portuguesa.
- 4.39.** Os produtos de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto, com manual de instruções e de instalação em língua portuguesa (conforme. Art.31, Lei Federal nº 8.078/1990);
- 4.40.** O conteúdo da amostra deverá ser: 01 (UMA) UNIDADE DE CADA ITEM
- 4.41.** Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários. Os exemplares colocados à disposição da Administração, podem ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento em nenhuma hipótese.
- 4.42.** Será rejeitada a amostra que:
 - 4.42.1 Apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica;
 - 4.42.2 Apresentar divergência em relação às especificações técnicas;
 - 4.42.3 For de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta.
- 4.43.** Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.
- 4.44.** Não será aceita a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada ou não disponibilizá-la no prazo estabelecido.
- 4.45.** O quantitativo é enviado para amostra, caso esteja dentro das especificações, e após aprovação do setor responsável será computado como parte da entrega total do objeto.
- 4.46.** Após a homologação do certame, a licitante terá 60 (sessenta) dias para retirar a amostra rejeitada, caso a mesma não tenha sido consumida ou destruída durante a análise, no endereço em que a entregou. Após esse prazo, não havendo a retirada da amostra, será presumida como renúncia da licitante ao objeto, que poderá ser doado ou descartado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM-PA, sem gerar à licitante direito à indenização.

Sustentabilidade

- 4.47.** A empresa contratada deve seguir práticas de redução de resíduos e descarte responsável para instalação dos equipamentos.
- 4.48.** Garantir condições dignas de trabalho e incentivo à inclusão social, tais como aprendizes e pessoas com deficiência (Apêndices I e II).
- 4.49.** Para os itens que utilizem matérias-primas de madeira ou derivados (mobiliários de MDF) deverá ser comprovada a origem da matéria-prima proveniente de manejo florestal sustentável ou de áreas de reflorestamento. A comprovação deverá ser realizada por meio de certificado de cadeia de custódia, incluindo certificações reconhecidas nacional ou internacionalmente, tais como FSC

(Forest Stewardship Council) ou PEFC/Cerflor (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), ou por documentação equivalente emitida por organismo certificador, instituição pública oficial ou entidade acreditada, que ateste a procedência regular e sustentável da matéria-prima utilizada..

- 4.50. Os produtos deverão ser entregues preferencialmente acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, observado o disposto na Ata de Registro de Preços.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, localizado na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, no horário de 08:00 às 14:00, mediante prévio agendamento.
- 5.4. A empresa deverá apresentar a Nota Fiscal contendo a descrição do objeto e indicando o número do Contrato acompanhado de TERMO DE GARANTIA DE FORNECEDOR, apêndice IV, para o devido atesto das mesmas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.8. A garantia abrange a realização da troca dos bens pelo próprio Contratado, caso sejam verificados defeitos aparentes, de fácil constatação, ou problema de operação, se for o caso, verificação por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.9. Em caso de defeito operacional, o fornecedor deverá enviar um técnico especializado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, para averiguar se o problema decorre de:
- 5.9.1 Defeito de fabricação (coberto pela garantia);
- 5.9.2 Falha na instalação (coberto pela garantia, se executada sob a responsabilidade da Contratada);
- 5.9.3 Outra(s) causa(s);
- 5.10. Caso seja comprovado defeito de fabricação ou falha na instalação, o fornecedor deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem custo para o contratante.

- 5.11. Em caso de substituição do equipamento, o fornecedor deverá arcar com os custos do novo equipamento e transporte do mesmo, desde que comprovada a origem do defeito.
- 5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- 6.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração e **após a verificação da qualidade e quantidade do material fornecido e instalação e montagem (caso necessário)**, e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8. **As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.**

Liquidação

- 7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.
- 7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1 O prazo de validade;
 - 7.10.2 A data da emissão;
 - 7.10.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4 O valor a pagar;
 - 7.10.5 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133, de 2021.
- 7.13.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.13.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.13.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

Prazo de pagamento

- 7.18.** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, desde que não haja pendência de documentação, regularidade fiscal ou correção de falhas apontadas pela Administração.

- 7.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 7.20.** O CONTRATANTE se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA, ainda, se for constatado, que os produtos entregues não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

Forma de pagamento

- 7.21.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.24.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 8.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 8.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
 - 8.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 8.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 8.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “8.1.5”, “8.1.6”, “8.1.7” e “8.1.8” do subitem acima, bem como nas alíneas “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4 Multa:
- 8.2.5 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.2.6 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.2.7 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “8.1.1” a “8.1.8” de 0,5 % (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

- 8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

- 9.1.** Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato da Ata podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21;
- 9.2.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:
- 9.2.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da Ata e a retribuição do TCM-PA para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
- 9.2.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicará na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- 9.3.** Fica facultado ao TCM-PA realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.
- 9.4.** A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do TCM-PA, porém contemplará as entregas realizadas após a data de entrega do pedido

de repactuação de preços no Protocolo, não se aplicando o reajuste de preços sobre as compras já consignadas e/ou sobre as que estiverem em andamento;

- 9.5.** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a entrega dos materiais solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

Reajuste

- 9.6.** Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, em conformidade com o art. 21 da Resolução Administrativa nº 02/2025 – TCM/PA e com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.7.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA ou índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.8.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.9.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.10.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.11.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.12.** O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Forma de fornecimento

- 10.2.** O fornecimento do objeto será conforme demanda da administração.

Exigências de habilitação

- 10.3.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica:

- 10.4.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.5.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 10.6. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 10.7. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.8. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 10.9. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.10. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- 10.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Regularidade Econômico-Financeira:

- 10.16. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 10.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 10.18. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 10.19. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- 10.20.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.21.** A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social.
- 10.22.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

- 10.23.** A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante.

10.23.1 Para atendimento à presente exigência, será necessário comprovar experiência prévia no fornecimento dos itens de maior relevância do respectivo lote, conforme especificado na tabela abaixo:

Lote	Item
Lote I	1 - Cadeira Giratória com espaldar alto em estofado com braços reguláveis.
	2 - Cadeira Giratória com espaldar alto em tela com braços reguláveis e apoio de cabeça.
Lote II	12 - Mesa Retangular tipo Estação de Trabalho Dupla – Módulo Inicial – com painel frontal inferior e sistema de passa-fio embutido. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)
	13 - Mesa Retangular tipo Estação de Trabalho Dupla – Módulo Complemento – com painel frontal inferior e sistema de passa-fio embutido. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)

10.23.2 Os atestados de capacidade técnica deverão estar emitidos em nome e com CNPJ/ MF da matriz e/ ou da(s) filial(ais) da licitante;

10.23.3 Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado o atestado ou certidão deverá ter firma reconhecida.

- 10.24.** Declaração de que, caso venha a ser vencedora do certame, a licitante se compromete a disponibilizar assistência técnica para os equipamentos ofertados durante todo o período de garantia, diretamente ou por meio de rede credenciada, assegurando atendimento às demandas da Administração, inclusive com suporte “in loco”, quando necessário, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, sem qualquer ônus para o TCM/PA, devendo a estrutura necessária para a prestação dos serviços estar plenamente implementada até o início da execução contratual.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 5.537.940,13 (cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta reais e treze centavos)**

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TCM/PA.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Classificação Orçamentária: 03101.01.122.1454-8742 - Aparelhamento e Adequação das Instalações Físicas.

Fonte de Recursos: 01500000001

Elemento de Despesa: 449052

Dotação disponível: R\$ 631.770,84

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.2.** Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel e e-mail que possibilitem contato imediato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 13.3.** Atender os telefones informados na proposta, no horário de 08:00 às 17:00, bem como responder aos e-mails da fiscalização, no prazo máximo, de 24 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 02 (dois) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade;
- 13.4.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 13.5.** Arcar com todos os custos diretos e indiretos da Contratação;
- 13.6.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.7.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.8.** Entregar os bens no prazo determinado e nas quantidades e marcas cotadas, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo contratante;
- 13.9.** Substituir, a suas expensas, os bens que estiverem em desacordo com as especificações deste Contrato ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições;
- 13.10.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 13.10.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 13.10.2 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 13.10.3- Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 13.10.4 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 13.10.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.11.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 13.12.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 13.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 13.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 13.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.17.** Designar um profissional para coordenar o fornecimento, que atuará como facilitador entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo-lhe gerir todas as obrigações; coerências com o Termo de Referência ou quaisquer fatos sobre a entrega dos equipamentos para serem devidamente analisados e corrigidos;
- 13.18.** Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de qualquer justificativa por parte deste, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 14.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 14.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 14.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 14.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

- 14.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 14.7.** Cientificar a diretoria jurídica do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 14.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 14.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 14.9.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 14.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da lei n. 14.133/2021):

- 15.1.** Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. DAS ALTERAÇÕES:

- 16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17. DA PUBLICAÇÃO:

- 17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011.
- 17.2.** Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

18. DO FORO (art. 92, §1º da Lei n. 14.133/2021):

- 18.1.** Fica eleito o Foro da comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

19. APÊNDICES

Apêndice I: MODELO DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Apêndice II: MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Apêndice III: ANÁLISE DE RISCO

Apêndice IV: TERMO DE GARANTIA

Apêndice V: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Apêndice VI: MATRIZ DE JUSTIFICATIVAS

Belém-Pa, 04 de Fevereiro de 2026.

REBECCA DE MEDEIROS MACHADO
ASSESSOR ESPECIAL II
Matrícula: 500001175

APÊNDICE I

**MODELO DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII,
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____ (Razão Social da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão emissor e unidade da federação) e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (____).

OBSERVAÇÃO: Caso a empresa empregue menor, a partir de 14 (quatorze) anos, assinalar a ressalva acima.

Local e data _____

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)

APÊNDICE II

**MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**

A Empresa.....(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que atende à legislação quanto ao cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e artigo 63 e 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

Local (cidade/estado)..... e data:de 2024.

.....
Nome/Assinatura do Representante Legal da empresa/Nº Carteira de Identidade

DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Email: _____

Telefone de contato: _____

APÊNDICE III

ANÁLISE DE RISCO

RISCO 1	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Limitação de fornecedores com assistência técnica local	() Baixa. (x) Média. () Alta.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	Redução da competitividade e possível comprometimento do suporte pós-venda

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Mapeamento prévio de fabricantes com rede autorizada em Belém/PA	CORPO TÉCNICO DA DMO
CONTINGENCIA L	Não há, é requisito necessário para contratação, as propostas somente serão aceitas se houver assistência técnica em Belém-PA. Caso a assistência técnica local presente no momento da assinatura do contrato deixe de existir, não há medidas a serem realizadas, deve ser aceito o risco.	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 2	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Especificações técnicas incompletas ou inadequadas	(x) Baixa. () Média. () Alta.	(x) Baixa. () Média. () Alta.	A não definição objetiva das propriedades de cada bem a ser adquirido pode trazer dúvidas quanto à avaliação dos bens no julgamento das propostas.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Foi realizada revisão extensiva de cada item da especificação verificando se contemplava todos as características previstas para o atendimento da demanda.	CORPO TÉCNICO DA DMO
CONTINGENCIA L	Será verificado no julgamento da proposta e no recebimento do objeto se a contratada cumpriu com as especificações completas	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 3	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
---------	---------------	---------	------

Contingência de Execução e Entrega	(x) Baixa. () Média. () Alta.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	Atrasos nas entregas, impacto nos ambientes que necessitam de mobiliários.
------------------------------------	---	---	--

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Prazo de entrega de 30 dias estabelecido em contrato, com penalidades por atraso	CONTRATADA
CONTINGENCIA L	Aplicação de sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 em caso de descumprimento.	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 4	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Atrasos de pagamentos	(x) Baixa. () Média. () Alta.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	Problemas no fluxo de caixa da contratada, redução da produtividade e atrasos na execução.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Celeridade nas medições e liquidações de notas fiscais pela Divisão Administrativa.	FISCAL DO CONTRATO
CONTINGENCIA L	Compensação financeira conforme cláusula contratual específica.	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 5	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Álea extraordinária ou extracontratual (fato do príncipe, força maior ou caso fortuito)	(x) Baixa. () Média. () Alta.	() Baixa. () Média. (x) Alta.	Retardo ou impedimento na execução adequada do fornecimento

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Previsão em edital e em contrato a eventual ocorrência de tal fato e suas consequências.	CORPO TÉCNICO DA DMO
CONTINGENCIA L	Reequilíbrio contratual por meio de aditivos conforme art. 124 da Lei 14.133/2021.	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 6	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
---------	---------------	---------	------

Incompatibilidade técnica com infraestrutura existente	(x) Baixa. () Média. () Alta.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	Necessidade de adequações não previstas, custos adicionais ou impossibilidade de instalação
--	---	---	---

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Especificações padronizadas, elaboração de layout e projeto arquitetônico antes de solicitar os mobiliários e vistoria prévia	CORPO TÉCNICO DA DMO
CONTINGENCIA L	Utilização do contrato de manutenção predial vigente (055/2024) para adequações necessárias	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 7	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Descontinuação de peças ou modelos durante a garantia	(x) Baixa. () Média. () Alta.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	Dificuldade para manutenção e cumprimento da garantia

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Exigência de marcas consolidadas no mercado e declaração do fabricante sobre disponibilidade de peças	CORPO TÉCNICO DA DMO
CONTINGENCIA L	Responsabilização da contratada pela substituição integral em caso de indisponibilidade de peças	FISCAL DO CONTRATO

RISCO 8	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Aquisição de bens que não atendam às especificações técnicas ou ao desempenho esperado, resultando em inadequação às necessidades institucionais.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	() Baixa. (x) Média. () Alta.	Falhas na entrega de itens compatíveis, comprometendo o uso, a durabilidade e a padronização dos materiais/equipamentos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Exigência de apresentação de amostras, caso necessário, para verificação prévia de conformidade, desempenho e aderência às especificações técnicas do Termo de Referência.	CORPO TÉCNICO DA DMO

**CONTINGENCIA
L**

Rejeição dos itens entregues que não correspondam à amostra aprovada e determinação de substituição imediata, sem ônus para a Administração.

FISCAL DO CONTRATO

Os demais riscos por serem considerados ínfimos e não carecem de medidas preventivas e/ou contingenciais caso venham ocorrer.

Belém (PA), 04 de Fevereiro de 2026.

REBECCA DE MEDEIROS MACHADO
ASSESSOR ESPECIAL II
Matrícula: 500001175

APÊNDICE IV

TERMO DE GARANTIA

1. OBJETIVO

Este Termo de Garantia tem por objetivo estabelecer as condições de garantia e substituição dos mobiliários a serem adquiridos pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), em conformidade com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) e demais normativas aplicáveis.

2. ÂMBITO DA GARANTIA

- 2.1. A EMPRESA, doravante denominada Concedente, garante os produtos por ela fornecidos, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, incluída a garantia legal, contado a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato.
- 2.2. Esta garantia abrange a troca de equipamentos que apresentem defeito, desde que os mesmos tenham sido utilizados conforme orientações contidas em seus manuais de instruções e/ou guias de instalação.
- 2.3. A Concedente compromete-se a realizar a garantia conforme estabelecido no Item 5 do Termo de Referência deste processo licitatório.
- 2.4. A garantia cobrirá defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de funcionamento que tornem o equipamento impróprio para o uso a que se destina ou que lhe diminuam o valor.

3. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR (CONCEDENTE)

- 3.1. O fornecedor (Concedente) deverá:
 - a) Substituir o equipamento que apresentar defeitos durante o período de garantia, sem custo para o TCM/PA;
 - b) Realizar a coleta do equipamento com defeito e entregar o substituto em até 30 (trinta) dias após a notificação formal pelo TCM/PA;
 - d) Cumprir os prazos e condições estabelecidas no CDC.

4. PROCEDIMENTO PARA ACIONAMENTO DA GARANTIA

- 4.1. O TCM/PA formalizará a ocorrência de defeito via notificação por escrito, acompanhada de relatório técnico (quando aplicável).
- 4.2. O fornecedor terá 5 (cinco) dias para apresentar solução e providenciar a substituição ou reparo.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. A garantia não cobrirá:
 - Desgaste natural de peças ou componentes sujeitos a consumo.
 - Desgaste causadas pelo uso inadequado.

5.2. Em caso de descumprimento, o fornecedor estará sujeito às penalidades previstas no contrato e nas leis vigentes (CDC, Lei nº 8.666/1993, se aplicável).

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 8.078/1990 (CDC), especialmente Art. 18 (vícios ocultos) e Art. 26 (prazo de garantia).
Normas do edital e contrato de fornecimento.

7. ACEITAÇÃO

O fornecedor (Concedente) declara ciência e concordância com os termos deste documento, que integrará o Termo de Referência e o contrato celebrado com o TCM/PA.

Fornecedor (Concedente)

Nome/Razão Social: _____

CNPJ: _____

Representante Legal: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE V

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CATÁLOGO DO MOBILIÁRIO

1. INTRODUÇÃO

Este documento trata-se de especificações técnicas necessárias para aquisição do mobiliário necessário para compor os espaços do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA).

2. DESCRIÇÃO DOS ITENS

GRUPO UM - ASSENTOS		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.
A-001	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS	Unid.
A-002	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA	Unid.
A-003	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO	Unid.
A-004	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO	Unid.
A-005	SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO	Unid.
A-006	POLTRONA DE ESPERA	Unid.

GRUPO DOIS - MESAS		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.
M-001-S	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.	Unid.
M-001-SI	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.	Unid.
M-001-SC	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.	Unid.
M-001-DI	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.	Unid.
M-001-DC	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.	Unid.
M-002-SI	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO	Unid.

GRUPO DOIS - MESAS		
	INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm.	
M-002-SC	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm.	Unid.
M-003-F	DIVISÓRIAS DE MESA FRONTAL - 1200X250mm	Unid.
M-003-L	DIVISÓRIAS DE MESA LATERAL - 600X250mm	Unid.
M-004	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADAS - 1200X1600mm	Unid.
M-005	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADAS - 1200X2000mm	Unid.
M-006	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600mm	Unid.
M-007	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600mm	Unid.
M-008	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO - 1600X800mm	Unid.
M-009	MESA LATERAL - 600x600mm	Unid.
M-010	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600mm	Unid.
M-011	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600mm	Unid.
M-012	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA - 1600X800mm	Unid.

GRUPO TRÊS - ARMÁRIOS		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.
AR-001	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL	Unid.
AR-002	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL	Unid.
AR-003	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS	Unid.
AR-004	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS	Unid.
AR-005	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS	Unid.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO UM - ASSENTOS	
CÓD.	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS
A-001	
CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS E BRAÇOS REGULÁVEIS	

Encosto: Encosto do tipo espaldar alto, independente do assento, com formato anatômico compatível com os padrões normativos de ergonomia, provido de estofamento em espuma de poliuretano flexível moldada anatomicamente, com baixa deformação permanente e densidade mínima de 40 kg/m³. A estrutura interna do encosto deverá ser confeccionada em resina termoplástica de engenharia injetada, de elevada resistência mecânica e apta ao uso contínuo em ambiente corporativo. A cadeira deverá possuir apoio lombar integrado ao encosto, confeccionado em polímero termoplástico de engenharia ou espuma flexível, com regulagem vertical dotada de sistema limitador de curso que impeça o desprendimento do conjunto durante o ajuste, assegurando estabilidade e facilidade de utilização, com curso mínimo de 40mm, podendo ainda dispor de ajuste de profundidade. O revestimento e a coloração do encosto deverão ser idênticos aos do assento. **Dimensões mínimas do encosto:** largura mínima de 445 mm e altura mínima de 550 mm (L×H).

Assento: Assento em formato anatômico, compatível com os padrões normativos de ergonomia, com estrutura interna confeccionada em polipropileno copolímero injetado ou, alternativamente, em compensado multilaminado moldado a quente, com espessura mínima de 12 mm, ambos devendo atender aos requisitos normativos estruturais e de resistência mecânica para uso contínuo em ambiente corporativo. Não deverá apresentar bordas em perfil de PVC, devendo possuir capa inferior de proteção e acabamento em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas. O estofamento deverá ser executado em espuma de poliuretano flexível injetada, moldada anatomicamente, com baixa deformação permanente e elevada resistência mecânica, com densidade mínima de 45 kg/m³ e espessura mínima de 45 mm. O revestimento deverá ser em tecido sintético de alta resistência ou couro ecológico, com costuras reforçadas nas laterais, devendo ser de fácil limpeza e resistente ao desgaste e a produtos químicos. **Dimensões mínimas do assento:** largura mínima de 480 mm e profundidade mínima de 465 mm (L×P).

Apoio para os braços: Conjunto composto por dois apoios reguláveis, com ajuste de altura acionado por botão, mecanismo deslizante ou manípulo ergonômico, dispensando o uso de ferramentas para operação pelo usuário. A regulagem vertical deverá possuir no mínimo quatro estágios e curso mínimo entre 40 e 50 mm. A estrutura de sustentação deverá ser confeccionada em resina termoplástica de engenharia de alta resistência ou nylon com reforço de fibra de vidro, fixados ao assento por elementos de fixação de alta resistência mecânica. A superfície superior para apoio dos braços deverá ser em poliuretano integral skin, poliuretano termoplástico ou material equivalente de toque macio, com bordas arredondadas. **Dimensões mínimas dos apoios:** largura mínima de 70 mm e comprimento mínimo de 220 mm (L×C).

Regulagens: Sistema sincronizado de inclinação entre assento e encosto na proporção aproximada de 2:1, permitindo o movimento simultâneo de forma ergonômica, com travamento em no mínimo quatro posições e dotado de sistema anti-impacto. O acionamento deverá ocorrer por alavancas, botões ou manípulos posicionados sob o assento, possibilitando ajustes independentes de altura, inclinação e bloqueio do movimento. O corpo do mecanismo deverá ser confeccionado em chapa de aço estampada com espessura mínima de 3 mm ou em alumínio injetado de alta resistência. A regulagem da tensão da reclinção deverá ser por manípulo ou sistema automático, adaptável ao peso e biótipo do usuário. A regulagem da profundidade útil do assento deverá ocorrer por meio de mecanismo deslizante acionado por alavanca ou botão, com curso aproximado de 55 mm e múltiplos níveis de travamento. A regulagem de altura do assento deverá ser por pistão em conformidade com a norma DIN 4550 classe 4, com curso mínimo de 70 mm. Deverá permitir livre flutuação do movimento quando destravado, com alavancas em material termoplástico resistente.

Rodízios: Conjunto composto por rodízios duplos, de duplo giro e movimentos independentes, injetados em resina termoplástica de engenharia, poliamida ou nylon de alta resistência estrutural, dotados de eixo central em aço para fixação à base. As rodas deverão possuir diâmetro mínimo de 60 mm e banda de rodagem em poliuretano ou material equivalente, adequada a pisos rígidos, assegurando rodagem suave, silenciosa e resistência ao desgaste.

Base: Base piramidal com diâmetro mínimo de 690mm e o máximo de 770mm, fabricada em alumínio, não será admitido base em aço cromado.

Peso suportado mínimo de 120 kg.

Base: Preto Fosco.

Encosto e Assento: Cinza Grafite.

Braços: Preto Fosco.

CÓD.	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS
A-002	REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA

CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA.

Encosto: Encosto do tipo espaldar alto, com formato anatômico compatível com os padrões normativos de ergonomia, provido de superfície de contato em tela de polímero de alta resistência (poliéster ou nylon), que permita flexão dinâmica sem deformações permanentes e ventilação adequada. A estrutura do encosto deverá ser confeccionada em polipropileno reforçado com fibra de vidro ou em polímero termoplástico de engenharia de resistência mecânica equivalente, apta ao uso contínuo em ambiente corporativo. Deverá possuir sistema de regulagem da altura do encosto por meio de catraca, com no mínimo quatro posições. O revestimento e a coloração do encosto deverão ser compatíveis com os do assento. **Dimensões mínimas do encosto:** largura mínima de 445 mm e altura mínima de 540 mm (L×H).

Assento: Assento em formato anatômico, compatível com os padrões normativos de ergonomia, com estrutura interna confeccionada em polipropileno copolímero injetado ou, alternativamente, em compensado multilaminado moldado a quente, com espessura mínima de 12 mm, ambos devendo atender aos requisitos normativos estruturais e de resistência mecânica para uso contínuo em ambiente corporativo. Não deverá apresentar bordas em perfil de PVC, devendo possuir capa inferior de proteção e acabamento em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas. O estofamento deverá ser executado em espuma de poliuretano flexível injetada, moldada anatomicamente, com baixa deformação permanente e elevada resistência mecânica, com densidade mínima de 45 kg/m³ e espessura mínima de 45 mm. O revestimento deverá ser em tecido sintético de alta resistência ou couro ecológico, com costuras reforçadas nas laterais, devendo ser de fácil limpeza e resistente ao desgaste e a produtos químicos. **Dimensões mínimas do assento:** largura mínima de 480 mm e profundidade mínima de 465 mm (L×P).

Apoio lombar: A cadeira deverá possuir apoio lombar integrado ao encosto, com regulagem vertical, dotado de sistema limitador de curso que impeça o desprendimento do conjunto durante o ajuste, assegurando estabilidade e facilidade de utilização. A estrutura do apoio lombar deverá ser confeccionada em polímero termoplástico de engenharia, com superfície de contato flexível, toque macio e acabamento emborrachado, ou, alternativamente, composta por espuma flexível, com espessura mínima de 30 mm. O apoio lombar deverá permitir ajuste em altura com curso mínimo de 40 mm, podendo ainda dispor de ajuste de profundidade que possibilite adaptação ao biótipo do usuário.

Apoio de cabeça: A cadeira deverá possuir apoio de cabeça integrado ao encosto, com estrutura confeccionada em polímero termoplástico de engenharia de alta resistência ou em nylon estrutural, admitindo-se, alternativamente, suporte estrutural em alumínio injetado, desde que assegurada resistência mecânica compatível com uso contínuo em ambiente corporativo. A superfície de contato do apoio de cabeça deverá ser em tela flexível ou revestida em tecido ou couro ecológico, com estofamento interno em espuma de poliuretano injetada, moldada anatomicamente. O apoio de cabeça deverá permitir regulagem de altura e de inclinação, possibilitando a adaptação à estatura e ao posicionamento cervical do usuário. O suporte de fixação do apoio de cabeça deverá estar integrado à estrutura do encosto, permitindo posterior montagem por aparafusamento ou sistema equivalente. **Dimensões mínimas do apoio de cabeça:** largura mínima de 260 mm e altura mínima de 100 mm (L×H).

Apoio para os braços: Conjunto composto por dois apoios reguláveis, com ajuste de altura acionado por botão, mecanismo deslizante ou manípulo ergonômico, dispensando o uso de ferramentas para operação pelo usuário. A regulagem vertical deverá possuir no mínimo quatro estágios e curso mínimo entre 40 e 50 mm. A estrutura de sustentação deverá ser confeccionada em resina termoplástica de engenharia de alta resistência ou nylon com reforço de fibra de vidro, fixados ao assento por elementos de fixação de alta resistência mecânica. A superfície superior para apoio dos braços deverá ser em poliuretano integral skin, poliuretano termoplástico ou material equivalente de toque macio, com bordas arredondadas. **Dimensões mínimas dos apoios:** largura mínima de 70 mm e comprimento mínimo de 220 mm (L×C).

Regulagens: Sistema sincronizado de inclinação entre assento e encosto na proporção aproximada de 2:1, permitindo o movimento simultâneo de forma ergonômica, com travamento em no mínimo quatro

posições e dotado de sistema anti-impacto. O acionamento deverá ocorrer por alavancas, botões ou manípulos posicionados sob o assento, possibilitando ajustes independentes de altura, inclinação e bloqueio do movimento. O corpo do mecanismo deverá ser confeccionado em chapa de aço estampada com espessura mínima de 3 mm ou em alumínio injetado de alta resistência. A regulagem da tensão da reclinção deverá ser por manípulo ou sistema automático, adaptável ao peso e biótipo do usuário. A regulagem da profundidade útil do assento deverá ocorrer por meio de mecanismo deslizante acionado por alavanca ou botão, com curso aproximado de 55 mm e múltiplos níveis de travamento. A regulagem de altura do assento deverá ser por pistão em conformidade com a norma DIN 4550 classe 4, com curso mínimo de 70 mm. Deverá permitir livre flutuação do movimento quando destravado, com alavancas em material termoplástico resistente.

Rodízios: Conjunto composto por rodízios duplos, de duplo giro e movimentos independentes, injetados em resina termoplástica de engenharia, poliamida ou nylon de alta resistência estrutural, dotados de eixo central em aço para fixação à base. As rodas deverão possuir diâmetro mínimo de 60 mm e banda de rodagem em poliuretano ou material equivalente, adequada a pisos rígidos, assegurando rodagem suave, silenciosa e resistência ao desgaste.

Base: Base piramidal com diâmetro mínimo de 690mm e o máximo de 770mm, fabricada em alumínio, não será admitido base em aço cromado.

Peso suportado mínimo de 120 kg.

Base: Alumínio

Encosto e Assento: Tela Preta

Braços: Preto Fosco

CÓD.	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO
A-003	

CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO, ESTOFADA OU EM TELA, COM ESPALDAR MÉDIO E APOIOS DE BRAÇO

Encosto: Encosto do tipo espaldar médio, independente do assento, com formato anatômico compatível com os padrões normativos de ergonomia, admitindo-se execução estofada ou com superfície de contato em tela flexível de alta resistência. Quando estofado, deverá ser provido de espuma de poliuretano flexível injetada ou laminada, moldada anatomicamente, com baixa deformação permanente e densidade mínima de 33 kg/m³, com espessura mínima de 30 mm. Quando em tela, deverá possuir superfície de contato confeccionada em poliéster, nylon ou polímero técnico equivalente, de elevada resistência mecânica e à fadiga, que permita ventilação e flexão dinâmica sem deformações permanentes. A estrutura interna do encosto, em ambas as configurações, deverá ser confeccionada em compensado multilaminado moldado a quente, com espessura mínima de 12 mm, ou em polipropileno reforçado com fibra de vidro ou polímero termoplástico de engenharia de resistência mecânica equivalente. A ligação estrutural entre encosto e assento deverá ser realizada por elemento metálico confeccionado em aço estrutural, com espessura mínima de 3 mm, assegurando rigidez e estabilidade ao conjunto. **Dimensões mínimas do encosto:** largura mínima de 450 mm e altura mínima de 530 mm (L×H).

Assento: Assento em formato anatômico, compatível com os padrões normativos de ergonomia, com estofamento em espuma de poliuretano flexível injetada, com baixa deformação permanente, densidade mínima de 50 kg/m³ e espessura mínima de 45 mm. A estrutura interna do assento deverá ser confeccionada em compensado multilaminado moldado a quente, com espessura mínima de 12 mm, ou em polipropileno injetado com espessura mínima de 3 mm, provido de capa inferior de proteção e acabamento em polipropileno texturizado, sendo vedada a utilização de perfil em PVC. Assento e encosto deverão ser revestidos em couro ecológico ou tecido poliéster de alta resistência. **Dimensões mínimas do assento:** largura mínima de 470 mm e profundidade mínima de 450 mm (L×P).

Estrutura e Base: Base fixa do tipo “S” ou estrutura contínua equivalente, confeccionada em tubos ou chapas de aço carbono estrutural, com espessura mínima de 1,9 mm, provida de travessas estruturais para suporte do assento e estabilidade do conjunto, dotada de deslizadores em polipropileno, poliamida ou material equivalente para proteção do piso. A estrutura dos apoios de braço deverá constituir prolongamento da própria base metálica ou estar rigidamente integrada a ela, assegurando resistência ao

uso contínuo.

Apoios para os braços: Apoios laterais integrados à estrutura, com superfície superior em poliuretano injetado, polipropileno ou material termoplástico de toque macio, com bordas arredondadas.

Acabamento: As partes metálicas deverão receber tratamento anticorrosivo por cromagem ou processo industrial equivalente, assegurando resistência à corrosão, uniformidade superficial e durabilidade.

Peso suportado mínimo de 120 kg.

Base: Preto Fosco.

Encosto e Assento: Cinza Grafite.

Braços: Preto Fosco.

CÓD.	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO
A-004	

SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO

Estrutura: A estrutura deverá ser composta por base interna reforçada em madeira de reflorestamento tratada, MDF ou compensado multilaminado certificado, com espessura mínima de 15 mm, associada a travessas estruturais metálicas em aço ou alumínio, garantindo elevada resistência mecânica e estabilidade ao conjunto. Os pés deverão ser metálicos, em alumínio ou aço tratado, com altura aproximada de 170 mm (admitida variação de até $\pm 2\%$), dotados de sapatas protetoras para contato com o piso. As partes metálicas deverão receber tratamento anticorrosivo assegurando uniformidade superficial, resistência à corrosão e durabilidade.

Assento: O assento deverá ser fixo ao corpo do sofá, em formato anatômico, conforme padrões normativos de ergonomia, estruturado por placa de madeira, MDF ou compensado multilaminado com espessura mínima de 15 mm. Deverá ser estofado em espuma de poliuretano com densidades combinadas entre D30 Soft e D35 Soft, envoltas por manta acrílica, podendo ser associado a sistema de molas ensacadas individualmente ou tecnologia equivalente, garantindo suporte uniforme do peso corporal, redução de ruídos e maior vida útil. **Altura do assento em relação ao piso:** 430 mm, admitida variação de $\pm 2\%$. **Dimensões úteis do assento:** largura de 680 mm e profundidade de 580 mm, admitida variação de $\pm 2\%$.

Encosto: O encosto deverá ser fixo e integrado ao corpo do sofá, moldado anatomicamente, estruturado em madeira, MDF ou compensado multilaminado, com espessura mínima de 15 mm. Deverá possuir almofada removível por encaixe, impedindo deslocamentos durante o uso, com enchimento em fibra siliconada e espuma D26 Soft ou superior. **Dimensões da almofada do encosto:** largura de 680 mm e altura de 450 mm, admitida variação de $\pm 2\%$.

Braços: Os braços deverão ser fixos e integrados à estrutura lateral do sofá, com formato anatômico, apresentando inclinação suave para apoio natural dos membros superiores. A estrutura interna deverá ser em madeira, MDF ou compensado multilaminado, com enchimento em espuma D26 Soft a D40, envolta por manta acrílica, com espessura mínima de 60 mm. **Altura dos braços em relação ao piso:** 580 mm na parte frontal e 680 mm na parte posterior, admitida variação de $\pm 2\%$.

Revestimento: O sofá deverá ser revestido exclusivamente em couro natural, com espessura entre 1,1 mm e 1,3 mm, com costuras reforçadas e acabamento uniforme, garantindo resistência ao uso contínuo, facilidade de limpeza e elevada durabilidade. Cor a definir.

Dimensões: 900 mm de altura, 800 mm de largura, 900 mm de profundidade.

(medidas podem ter variação de 2% para mais ou menos).

Observações Técnicas: O conjunto deverá apresentar-se perfeitamente nivelado e firme, sem folgas estruturais, quinas cortantes, rebarbas, soldas aparentes, grampos visíveis, falhas de acabamento, enrugamentos no revestimento ou irregularidades nas costuras. Não serão admitidos parafusos ou sistemas de fixação aparentes. O catálogo técnico deverá apresentar, de forma clara e ilustrativa, as características construtivas do produto ofertado. Todas as unidades deverão ser entregues acompanhadas de manual de uso, limpeza e conservação.

CÓD.	SOFÁ DE 03 LUGAR EM ESTOFADO
A-005	

SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO

Estrutura: A estrutura deverá ser composta por base interna reforçada em madeira de reflorestamento tratada, MDF ou compensado multilaminado certificado, com espessura mínima de 15 mm, associada a travessas estruturais metálicas em aço ou alumínio, garantindo elevada resistência mecânica, estabilidade e durabilidade ao conjunto. Os pés deverão ser metálicos, em alumínio ou aço tratado, com altura aproximada de 170 mm (admitida variação de até ±2%), dotados de sapatas niveladoras ou protetoras para contato com o piso. As partes metálicas deverão receber tratamento anticorrosivo, assegurando uniformidade superficial, resistência à corrosão e durabilidade.

Assento: O assento deverá ser fixo ao corpo do sofá ou composto por módulos integrados, em formato anatômico, conforme padrões normativos de ergonomia, estruturado por placa de madeira, MDF ou compensado multilaminado com espessura mínima de 15 mm. Deverá ser estofado em espuma de poliuretano com densidades combinadas entre D30 Soft e D35 Soft, envoltas por manta acrílica, podendo ser associado a sistema de molas ensacadas individualmente ou tecnologia equivalente, garantindo suporte uniforme do peso corporal, redução de ruídos e maior vida útil. **Altura do assento em relação ao piso:** 430 mm, admitida variação de ±2%. **Dimensões úteis do assento:** largura de 2.240 mm e profundidade de 580 mm, admitida variação de ±2%.

Encosto: O encosto deverá ser fixo e integrado ao corpo do sofá, moldado anatomicamente, estruturado em madeira, MDF ou compensado multilaminado, com espessura mínima de 15 mm. Deverá possuir três almofadas removíveis por encaixe, impedindo deslocamentos durante o uso, com enchimento em fibra siliconada e espuma D26 Soft ou superior. **Dimensões de cada almofada do encosto:** largura de 745 mm e altura de 450 mm, admitida variação de ±2%.

Encosto com estrutura fixa integrado ao corpo da poltrona, assento fixo integrado ao corpo da poltrona, braços fixos integrados a estrutura lateral da poltrona com altura diferenciada, sendo na parte posterior junto ao encosto 680 mm em relação ao piso, e na parte frontal 580 mm em relação ao piso, com inclinação suave proporcionando ergonomia natural para o apoio dos braços, acompanhando a linha de relaxamento do corpo.

Braços: Os braços deverão ser fixos e integrados à estrutura lateral do sofá, com formato anatômico, apresentando inclinação suave para apoio natural dos membros superiores. A estrutura interna deverá ser em madeira, MDF ou compensado multilaminado, com enchimento em espuma D26 Soft a D40, envolta por manta acrílica, com espessura mínima de 60 mm. **Altura dos braços em relação ao piso:** 580 mm na parte frontal e 680 mm na parte posterior, admitida variação de ±2%.

Revestimento: O sofá deverá ser revestido exclusivamente em couro natural, com espessura entre 1,1 mm e 1,3 mm, com costuras reforçadas e acabamento uniforme, garantindo resistência ao uso contínuo, facilidade de limpeza e elevada durabilidade. Cor a definir. **Dimensões:** 900 mm de altura, 2360 mm de largura, 900 mm de profundidade.
(medidas podem ter variação de 2% para mais ou menos)

Observações Técnicas: O conjunto deverá apresentar-se perfeitamente nivelado e firme, sem folgas estruturais, quinas cortantes, rebarbas, soldas aparentes, grampos visíveis, falhas de acabamento, enrugamentos no revestimento ou irregularidades nas costuras. Não serão admitidos parafusos ou sistemas de fixação aparentes. O catálogo técnico deverá apresentar, de forma clara e ilustrativa, as características construtivas do produto ofertado. Todas as unidades deverão ser entregues acompanhadas de manual de uso, limpeza e conservação.

CÓD.	POLTRONA DE ESPERA
A-006	

POLTRONA DE ESPERA

Estrutura: Assento e encosto em concha única, a estrutura deverá ser composta por base interna reforçada em madeira de reflorestamento tratada, MDF ou compensado multilaminado certificado, com espessura mínima de 12 mm, associada a travessas estruturais metálicas em aço ou alumínio, garantindo elevada resistência mecânica, estabilidade e durabilidade ao conjunto. Os pés deverão ser metálicos, em alumínio ou aço tratado, dotados de sapatas niveladoras e protetoras para contato com o piso. As partes metálicas deverão receber tratamento anticorrosivo, assegurando uniformidade superficial, resistência à corrosão e durabilidade.

Assento: O assento deverá ser moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia, estruturado em madeira, MDF ou compensado multilaminado com espessura mínima de 12 mm, fixado à estrutura por meio de rebites ou parafusos metálicos. Deverá ser estofado em espuma de poliuretano injetada, com espessura mínima de 50 mm e densidade entre 50 e 60 kg/m³, moldada sob pressão e expandida por água ou tecnologia equivalente, garantindo resistência e conforto ao usuário. **Dimensões aproximadas do assento:** largura mínima de 600mm e profundidade mínima de 500 mm.

Encosto: O encosto deverá possuir espaldar médio, moldado anatomicamente, estruturado em madeira, MDF ou compensado multilaminado com espessura mínima de 12 mm, fixado ao assento por meio de sistema metálico estrutural. Deverá ser estofado em espuma de poliuretano injetada com espessura mínima entre 45 mm e 55 mm e densidade entre 50 e 60 kg/m³, com contra-encosto em espuma laminada de no mínimo 5 mm. **Dimensões aproximadas do encosto:** largura mínima de 500 mm e altura mínima de 490 mm.

Braços: Os braços deverão ser integrados à estrutura lateral da poltrona, com formato anatômico e cantos arredondados, estruturados em madeira, MDF ou compensado multilaminado, com enchimento em espuma de poliuretano injetada ou laminada, densidade mínima de 33 kg/m³, garantindo resistência e conforto ao apoio dos membros superiores.

Revestimento: A poltrona deverá ser revestida exclusivamente em couro natural, com espessura mínima entre 1,1 mm e 1,3 mm, com costuras reforçadas e acabamento uniforme, garantindo resistência ao uso contínuo, facilidade de limpeza e elevada durabilidade. Cor a definir.

Dimensões: Largura total: 770 mm. Altura total: 810 mm. Altura do assento em relação ao piso: 420 mm. Profundidade total: 660 mm (*medidas podem ter variação de 2% para mais ou menos*).

Observações Técnicas: O conjunto deverá apresentar-se perfeitamente nivelado e firme, sem folgas estruturais, quinas cortantes, rebarbas, soldas aparentes, grampos visíveis, falhas de acabamento, enrugamentos no revestimento ou irregularidades nas costuras. Não serão admitidos parafusos ou sistemas de fixação aparentes. O catálogo técnico deverá apresentar, de forma clara e ilustrativa, as características construtivas do produto ofertado. Todas as unidades deverão ser entregues acompanhadas de manual de uso, limpeza e conservação.

GRUPO DOIS - MESAS

CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.
M-001-S	

ESTAÇÃO DE TRABALHO INDIVIDUAL TIPO PLATAFORMA SIMPLES COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.

Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.

Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.

Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave, dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.

Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1400x700x740mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Cinza Cristal ou similar. - **Frontal:** Cinza Grafite.

CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.
M-001-SI	

MÓDULO INICIAL DE ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO PLATAFORMA SIMPLES COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.

Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.

Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.

Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave, dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.

Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1400x700x740mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco. Tampo: Cinza Cristal ou similar. - Frontal: Cinza Grafite.	
CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.
M-001-SC	
<p>MÓDULO COMPLEMENTO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO PLATAFORMA SIMPLES COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.</p> <p>Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.</p> <p>Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.</p> <p>Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave, dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.</p> <p>Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.</p> <p>Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.</p> <p>Dimensões da Mesa: 1400x700x740mm (LxPxA).</p> <p>Estrutura: Cinza Grafite Fosco. Tampo: Cinza Cristal ou similar. - Frontal: Cinza Grafite.</p>	
CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.
M-001-DI	
<p>MÓDULO INICIAL DE ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO PLATAFORMA DUPLA COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.</p> <p>Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.</p> <p>Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.</p> <p>Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave,</p>	

dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.

Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1400x1400x740mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco

Tampo: Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm.
M-001-DC	

MÓDULO COMPLEMENTO DE ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO PLATAFORMA DUPLA COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.

Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.

Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.

Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave, dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.

Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1400x1400x740mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco

Tampo: Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO
------	---

M-002-SI	INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm.
<p>MÓDULO INICIAL DE ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO PLATAFORMA SIMPLES COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.</p> <p>Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.</p> <p>Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.</p> <p>Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave, dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.</p> <p>Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.</p> <p>Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.</p> <p>Dimensões da Mesa: 1200x700x740mm (LxPxA).</p> <p>Estrutura: Cinza Grafite Fosco</p> <p>Tampo: Cinza Cristal ou similar.</p>	
CÓD.	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm.
M-002-SC	
<p>MÓDULO INICIAL DE ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO PLATAFORMA SIMPLES COM TAMPO RETANGULAR, PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO.</p> <p>Superfície de trabalho: Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou similar. Bordas de contato com cantos arredondados, revestidas por fita borda de poliestireno de 2,5 mm, na mesma cor das faces do tampo. O tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto na superfície de trabalho.</p> <p>Painel frontal inferior: Acessório de acabamento feito através de painel frontal inferior com 18 mm de espessura com 250 mm de altura, fixados através de um suporte em “L” confeccionado em aço carbono.</p> <p>Estrutura: Estrutura metálica confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés formato trave, dotados de sapatas reguláveis em polipropileno. Os pés deverão ser interligados por travessas em aço 50x50 mm, fixadas por parafusos, garantindo estabilidade estrutural. A estrutura deverá possuir calhas metálicas tipo leito de passagem em aço para organização e direcionamento da fiação elétrica e dos cabos de rede.</p>	

Guia ou Passagem de Fiação/Cabos: Canaleta linear tipo plataforma de acesso, integrada ao tampo da estação de trabalho, ou caixa de tomadas individual, instalada por furação em tampo maciço, ambas confeccionadas em alumínio e providas de tampa basculante articulada, com abertura para passagem e organização da fiação, devendo disponibilizar três pontos de energia elétrica e dois pontos de dados, sendo 01 (um) conector RJ11 (telefone) e 01 (um) conector RJ45 padrão Categoria 6 (Cat 6), acompanhados de quatro tomadas elétricas conforme padrão brasileiro, sendo duas tomadas de 10 A e uma tomada de 20 A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1200x700x740mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco

Tampo: Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	DIVISORES DE MESA FRONTAIS - 1200X250mm
M-003-F	

DIVISORES DE MESA FRONTAIS

Divisor confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza Grafite, com fita borda de poliestireno de 2 mm. Fixado ao tampo através de suporte metálico confeccionado em aço carbono fixado por meio de parafusos auto atarrachantes.

Dimensões do Divisor: 1200x250mm LxA) sem o suporte.

Tampo: Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	DIVISORES DE MESA LATERAL - 600X250mm
M-003-L	

DIVISORES DE MESA LATERAL

Divisor confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza Grafite, com fita borda de poliestireno de 2 mm. Fixado ao tampo através de suporte metálico confeccionado em aço carbono fixado por meio de parafusos auto atarrachantes.

Dimensões do Divisor: 600x250mm LxA) sem o suporte.

Tampo: Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA - 1200X1600mm
M-004	

MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA.

Estrutura confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés em formato trave, com sapata em polipropileno regulável, travessas para ligação dos pés em aço 50x50 mm fixadas aos pés através de parafusos, acompanhando todo comprimento da mesa.

Deverá possuir calha leito em aço para passagem de fiação dos pontos de energia e lógicos. Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Uma caixa de tomada com tampa basculante em alumínio, com abertura para passagem de fiação com três pontos de energia e dois pontos de dados sendo RJ11 e RJ45 Cat 6, deverá acompanhar quatro tomadas elétricas, sendo duas 10A e uma 20A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura

eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1600x1300x740 mm (LxPxA). - A largura pode variar entre 1200 A 1300mm

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Carvalho Avelã ou similar.

CÓD.	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA - 1200X2000mm
M-005	

MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA.

Estrutura confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés em formato trave, com sapata em polipropileno regulável, travessas para ligação dos pés em aço 50x50 mm fixadas aos pés através de parafusos, acompanhando todo comprimento da mesa.

Deverá possuir calha leito em aço para passagem de fiação dos pontos de energia e lógicos. Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Uma caixa de tomada com tampa basculante em alumínio, com abertura para passagem de fiação com três pontos de energia e dois pontos de dados sendo RJ11 e RJ45 Cat 6, deverá acompanhar quatro tomadas elétricas, sendo duas 10A e uma 20A.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 2000x1300x740 mm (LxPxA). - A largura pode variar entre 1200 A 1300mm

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Carvalho Avelã ou similar.

CÓD.	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600mm
M-006	

MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600MM

Estrutura confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés em formato trave, com sapata em polipropileno regulável, travessas para ligação dos pés em aço 50x50 mm fixadas aos pés através de parafusos, acompanhando todo comprimento da mesa.

Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo. Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 2200x600x740 mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco

Tampo: Carvalho Avelã ou similar.

CÓD.	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600mm
M-007	

MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600MM

Estrutura confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés em formato trave, com sapata em

polipropileno regulável, travessas para ligação dos pés em aço 50x50 mm fixadas aos pés através de parafusos, acompanhando todo comprimento da mesa.

Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo. Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1600x600x740 mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Carvalho Avelã ou similar.

CÓD.	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO -
M-008	1600X800mm

MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO

Estrutura em aço carbono com tubos de 50x50 mm, travessas que acompanham o comprimento do tampo com tubos de 50x50 mm, um pé trave confeccionado em tubo 50x50 mm em corpo único, com sapatas niveladoras, os pés deverão acompanhar a profundidade do tampo.

Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza Grafite e Carvalho Avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo. O tampo deverá possuir uma caixa de tomada com tampa basculante em alumínio, com abertura para passagem de fiação com três pontos de energia e dois pontos de dados sendo RJ11 e RJ45 Cat 6, deverá acompanhar quatro tomadas elétricas, sendo duas 10A e uma 20A.

Armário lateral laterais, base, fundo, duas portas, duas prateleiras confeccionadas em MDP ou MDP com espessura de 18mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, os parafusos deverão ser fixados através de parafusos e buchas metálicas e sistema de tambor, não sendo admitido uso de parafusos direto no material. Tampo confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo. Dobradiças com abertura de 110 graus, fechadura com acabamento cromado, e acompanhar duas chaves escamoteáveis.

Gaveteiro embutido no armário com quatro gavetas, sendo gavetas confeccionadas em chapa de aço SAE 1006 a 1008 com pintura epóxi a pó, corrediças com 400 mm de comprimento fabricadas em aço, roldanas em nylon, corrediças fixadas na lateral do gaveteiro, puxador lateral em alumínio, nicho com uma prateleira confeccionado em MDP ou MDP com espessura de 18mm. Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensão do Tampo: 1600x800x740mm (LxPxA).

Dimensões do Armário Lateral: comprimento variável entre 2000 mm e 2500 mm, profundidade mínima de 500 mm e altura mínima de 600 mm.

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Carvalho Avelã ou similar.

Armário Lateral: Cinza Grafite.

Observações: A variação dimensional admitida para o armário lateral não poderá comprometer a ergonomia, a estabilidade estrutural do conjunto nem a integração com a mesa gerencial e os sistemas de eletrificação e cabeamento. As dimensões finais do armário lateral deverão ser definidas em projeto executivo com o fornecedor vencedor, respeitada a faixa dimensional estabelecida e condicionadas à aprovação da fiscalização contratante.

CÓD.	MESA LATERAL - 600x600mm
M-009	

MESA LATERAL

Estrutura confeccionada em aço carbono, composta por quatro hastes de seção tubular, unidas na parte inferior e superior por travessas metálicas, com reforço central para maior estabilidade, possui quatro sapatas plásticas injetadas para proteção do piso.

Tampo confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 600x600 mm (ØxA)

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Carvalho Avelã ou similar.

CÓD.	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600mm
M-010	

MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600MM

Estrutura confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés em formato trave, com duas travessas horizontais que são sustentação à mesa, com sapata em polipropileno regulável, travessas para ligação dos pés em aço 50x50 mm.

Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1400x600x1100 mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo: Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900mm
M-011	

MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900MM

Estrutura confeccionada em tubos de aço 50x50 mm, com dois pés em formato trave, com duas travessas horizontais que são sustentação à mesa, com sapata em polipropileno regulável, travessas para ligação dos pés em aço 50x50 mm.

Tampo confeccionado em MDP ou MDF com espessura de 25mm revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1800x900x740 mm (LxPxA).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco. **Tampo:** Cinza Cristal ou similar.

CÓD.	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA
M-012	

MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA

Suporte do tampo confeccionado em aço carbono com espessura de 2,00 mm, base inferior com espessura de 3,5 mm e dobrada em formato “U”, e possui sapatas niveladoras.

Sistema de elevação tipo telescópico, composto por duas colunas de apoio. Calhas estruturais em aço carbono com 3,00 mm de espessura formando sistema de trilhos. Motores com capacidade de carga de no mínimo 80kg, deverá ser bivolt, e ter altura mínima de 720 mm e variação de altura de no mínimo 400 mm. Deverá possuir sistema anti colisão com no mínimo quatro níveis de memória, velocidade de 35 mm/s, nível de ruído de até 50DB, cinco botões de comando. Deverá possuir um sistema para subida de cabos.

Tampo retangular confeccionado em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixado através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no material.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensões da Mesa: 1600x800 mm (LxP)

Estrutura: Cinza Grafite Fosco. **Tampo:** Cinza Cristal ou similar.

GRUPO TRÊS - ARMÁRIOS

CÓD.	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL
AR-001	

ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL

Laterais, base, fundo, portas, confeccionadas em MDP ou MDP com espessura de 18mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza Grafite e Carvalho Avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5mm, os parafusos deverão ser fixados através de parafusos e buchas metálicas e sistema de tambor.

Tampo confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Dobradiças com abertura de 270 graus, Fechadura com acabamento cromado, e acompanhar duas chaves escamoteáveis, a fechadura deverá possuir travamento superior, central e inferior.

Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20 mm com sapatas niveladoras em poliuretano de alta densidade. uma Prateleira regulável, confeccionada em MDP ou MDP de 18 mm de espessura revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, suporte das prateleiras em pinos de alumínio.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensão do Armário: 800x500x740 mm (LxPxH).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.	
Tampo e Portas: Carvalho Avelã ou similar. Lateral, Fundo e Prateleiras: Cinza Grafite	
CÓD.	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL
AR-002	
ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL	
<p>Laterais, base, fundo, portas, confeccionadas em MDP ou MDP com espessura de 18mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza Grafite e Carvalho Avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5mm, os parafusos deverão ser fixados através de parafusos e buchas metálicas e sistema de tambor.</p> <p>Tampo confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.</p> <p>Dobradiças com abertura de 270 graus, Fechadura com acabamento cromado, e acompanhar duas chaves escamoteáveis, a fechadura deverá possuir travamento superior, central e inferior.</p> <p>Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20 mm com sapatas niveladoras em poliuretano de alta densidade. Quatro prateleiras reguláveis, confeccionadas em MDP ou MDP de 18 mm de espessura revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, suporte das prateleiras em pinos de alumínio.</p> <p>Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.</p> <p>Dimensão do Armário: 800x500x1600 mm (LxPxH).</p> <p>Estrutura: Cinza Grafite Fosco.</p> <p>Tampo e Portas: Carvalho Avelã ou similar. Lateral, Fundo e Prateleiras: Cinza Grafite.</p>	
CÓD.	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS
AR-003	
ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS	
<p>Laterais, base, fundo, portas, confeccionadas em MDP ou MDP com espessura de 18mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza Grafite e Carvalho Avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5mm, os parafusos deverão ser fixados através de parafusos e buchas metálicas e sistema de tambor.</p> <p>Tampo confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.</p> <p>Dobradiças com abertura de 270 graus, Fechadura com acabamento cromado, e acompanhar duas chaves escamoteáveis, a fechadura deverá possuir travamento superior, central e inferior.</p> <p>Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20 mm com sapatas niveladoras em poliuretano de alta densidade. uma Prateleira regulável, confeccionada em MDP ou MDP de 18 mm de espessura revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, suporte das prateleiras em pinos de alumínio.</p> <p>Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.</p> <p>Dimensão do Armário: 1400x500x740 mm (LxPxH).</p>	

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo e Portas: Carvalho Avelã ou similar. **Lateral, Fundo e Prateleiras:** Cinza Grafite.

CÓD.	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS
AR-004	

ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS

Laterais, base, fundo, confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 18mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, os parafusos deverão ser fixados através de parafusos e buchas metálicas e sistema de tambor.

Tampo confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5mm, o tampo deverá ser fixados através de parafusos e buchas metálicas, não sendo admitido parafuso direto no tampo.

Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20 mm com sapatas niveladoras em poliuretano de alta densidade. Seis Prateleiras, sendo quatro reguláveis e duas fixa confeccionadas em MDP ou MDP de 18 mm de espessura revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, suporte das prateleiras em pinos de alumínio.

Todas as partes metálicas deverão receber tratamento anti-ferruginoso e base de fosfato de zinco, pintura eletrostática a pó com resina à base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 60 micras de espessura.

Dimensão do Armário: 800x300x2100 mm (LxPxH).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo e Prateleiras: Carvalho Avelã ou similar.

CÓD.	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS
AR-005	

GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS

Laterais, base, fundo, frentes de gaveta confeccionados em MDP ou MDP com espessura de 18mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico na cor Cinza cristal ou Carvalho avelã, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm, os parafusos deverão ser fixados através de parafusos e buchas metálicas e sistema de tambor, não sendo admitido parafuso direto no material.

Tampo confeccionado em MDP ou MDP com espessura de 25mm, revestido nas duas faces com laminado melamínico, com fita borda de poliestireno de 2,5 mm.

Fechadura com acabamento cromado, com aplicação na primeira gaveta, deverá ter travamento simultâneo, e acompanhar duas chaves escamoteáveis. Duas gavetas e um gavetão totalmente confeccionado em chapa de aço SAE 1006 a 1008 com pintura epóxi a pó, corrediças com 400 mm de comprimento fabricadas em aço, roldanas em nylon, corrediças fixadas na lateral do gaveteiro. 05 rodízios confeccionado em polipropileno na cor preta com eixo giratório, puxador lateral em alumínio.

Dimensões do Gaveteiro: 400x480x600mm (LxPxH).

Estrutura: Cinza Grafite Fosco.

Tampo e Frente Gavetas: Carvalho Avelã ou similar. **Lateral e Fundo:** Cinza Grafite.

4. RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Nome	Matrícula	Cargo	Assinatura
Rebecca de Medeiros Machado	500001175	Assessor Especial II	

APÊNDICE VI

MATRIZ DE JUSTIFICATIVAS

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
PRODUTO (ESTRUTURA E DESEMPENHO GLOBAL)		
NORMA	FINALIDADE TÉCNICA	JUSTIFICATIVA
NBR 13962:2018 Móveis para escritório — Cadeiras	Estabelece requisitos de desempenho, segurança, estabilidade e resistência estrutural, incluindo ensaios de carga, durabilidade e estabilidade.	A comprovação do atendimento à norma assegura que o produto foi submetido a ensaios padronizados de resistência e estabilidade, garantindo segurança ao usuário e desempenho adequado em uso contínuo, evitando falhas estruturais e substituições prematuras.
NBR 13966:2008 Móveis para escritório — Mesas	Define requisitos dimensionais, estruturais e de resistência mecânica, incluindo ensaios de estabilidade e capacidade de carga.	A comprovação garante que o mobiliário apresenta integridade estrutural e estabilidade sob condições reais de uso, prevenindo deformações e comprometimento funcional ao longo do tempo.
NBR 13961:2010 Móveis para escritório — Armários	Estabelece critérios de segurança, resistência e durabilidade, incluindo ensaios de carga e funcionamento de componentes móveis.	A comprovação assegura o adequado funcionamento de portas e gavetas, bem como a estabilidade do conjunto, reduzindo riscos de acidentes e falhas durante o uso.
NBR 15164:2004 Móveis estofados — Sofás	Define requisitos de resistência estrutural e durabilidade para estofados, por meio de ensaios simulando uso prolongado.	A comprovação permite verificar a capacidade do mobiliário de manter desempenho estrutural ao longo do tempo, evitando deformações e perda de funcionalidade em uso intensivo.
ERGONOMIA		
NR 17 — Norma Regulamentadora nº 17	Estabelece parâmetros para adequação do mobiliário às características psicofisiológicas dos usuários.	A comprovação assegura que o mobiliário atende requisitos ergonômicos mínimos, contribuindo para o conforto e redução de riscos ocupacionais associados ao uso prolongado.
ASSENTOS — ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO		
NBR 8537 — Densidade aparente	Determina a densidade da espuma, relacionada à capacidade de suporte de carga e durabilidade.	A comprovação assegura que a espuma possui densidade adequada para suportar uso contínuo sem deformação precoce, garantindo conforto e vida útil do assento.
NBR 9178 — Características de queima	Avalia a velocidade de propagação de chama da espuma.	A comprovação permite verificar o comportamento do material em situação de incêndio, reduzindo riscos associados à propagação de chamas em ambientes coletivos.
CERTIFICAÇÕES		
ISO 14020 / ISO 14024 — Rotulagem ambiental	Estabelecem critérios para certificação e comunicação de atributos ambientais, com base em avaliação por terceira parte e	A comprovação permite identificar produtos que atendem a critérios ambientais reconhecidos, com validação independente, reduzindo assimetria de informação e riscos de declarações ambientais não

	abordagem de ciclo de vida	verificadas.
FSC / CERFLOR / PEFC	Estabelecem mecanismos de rastreabilidade da matéria-prima de origem florestal ao longo da cadeia produtiva..	A comprovação assegura a origem regular e rastreável da madeira utilizada, reduzindo riscos de utilização de insumos de procedência irregular e garantindo a qualidade e durabilidade do material.

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºXXX/2026/TCMPA

Pelo presente Instrumento de um lado o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ - TCMPA, inscrito no CNPJ/MF nº 04.789.665/0001-87 e Insc. Estadual nº 151.912.80-7, com sede na Trav. Magno de Araújo nº 474, Bairro do Telégrafo sem Fio, CEP: 66.113-050, nesta cidade de Belém/PA, doravante denominado CONTRATANTE, representado por seu Presidente, Conselheiro **LÚCIO DUTRA VALE**, e de outro lado, a empresaXXXXX, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada por sua Representante Legal,XXXX, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS nº 900___/2026/TCMPA, processo administrativo n.º **PA202517285**, **RESOLVE** registrar os preços nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1.** Registro de Preços para contratação de aquisição e instalação de mobiliário destinado a atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico ° 900___/2026/TCMPA.
- 1.2.** Os Grupos e seus respectivos itens, com seus valores unitários e totais estão registrados no quadro abaixo:

GRUPO I - ASSENTOS					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	445412	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS.			
2	625040	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA.			
3	399298	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO.			
4	474177	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO Medidas: 800x900x900mm (LxPxA)			
5	610974	SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO Medidas: 2360x900x900mm (LxPxA)			
6	461908	POLTRONA DE ESPERA			

VALOR TOTAL GRUPO I	XXXX
----------------------------	-------------

GRUPO II - MOBILIÁRIO CORPORATIVO					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	613192	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
8	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
9	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
10	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)			
11	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)			
12	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)			
13	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)			
14	629932	DIVISORES DE MESA FRONTAIS Medidas: 1200x250mm (LxA)			
15	607705	DIVISORES DE MESA LATERAL Medidas: 600x250mm (LxA)			
16	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x1600mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm			

17	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x2000mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm			
18	389507	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600MM Medidas: 2200x600x735mm (LxPxA)			
19	629931	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600MM Medidas: 1600x600x735mm (LxPxA)			
20	629860	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO Medidas: Tampo Principal 1600x800x735mm (LxPxA)			
21	607705	MESA LATERAL Medidas: 600x600x600mm (LxPxA)			
22	630275	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x740mm (LxPxA)			
23	630274	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x1600mm (LxPxA)			
24	603768	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS Medidas: 1400x500x683mm (LxPxA)			
25	608467	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS Medidas: 800x300x2100mm (LxPxA)			
26	607703	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600MM. Medidas: 1400x600x1100mm (LxPxA)			
27	614634	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900MM. Medidas: 1800x900x740mm (LxPxA)			
28	230627	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS. Medidas: 400x480x600mm (LxPxH)			
29	481005	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA Medidas: 1600x800mm (LxP)			
VALOR TOTAL GRUPO II					XXXX
VALOR TOTAL (GRUPO I + GRUPO II)					XXXXX

- 1.3.** O Termo de Referência (Anexo I) do Edital Convocatório, é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.4.** Os preços registrados, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. (§ 4º, art. 18 do Decreto Nº11.462, de 2023.)

2. DOS PREÇOS REGISTRADOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

- 2.1. Os preços registrados, as especificações dos itens do grupo/lote, as quantidades mínimas e máximas de cada item, e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem.
- 2.2. Fica vedada efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta ata de registro de preços, conforme dispõe o art. 20 da Resolução Administrativa nº 2/2025/TCMPA, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA do dia 07/04/2025.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Divisão de Materiais e Obras (DMO) do TCMPA.
- 3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não haverá adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES.

5. VAIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, **com renovação de seu saldo inicial, desde que comprovados o preço vantajoso**, através de pesquisa de mercado, e o tratamento do tema na fase de planejamento da contratação, conforme prevê o caput do art. 19 da Resolução Administrativa nº 2/2025/TCMPA, de 18 de março de 2025.
 - 5.1.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
 - 5.1.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 5.1.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
 - 5.1.3.1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.3. Somente serão aceitas propostas que contemplem todos os quantitativos totais previstos no termo de referência, conforme inteligência do inciso IV do art. 12 da Resolução Administrativa nº 02/2025/TCMPA.
 - 5.3.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

- 5.3.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.3.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.3.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.3.1.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e,
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, será convocado para assinar a ata.
- 5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
 - 5.10.1. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item Error: Reference source not found, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.3.1.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
 - 5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

- 5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.13. Não haverá possibilidade de previsão de preços diferentes, conforme art.82,III da lei 14.133/2021.
- 5.14. **O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos serão os preços estabelecidos no edital e seus anexos, não sendo aceito valores superiores aos previstos nestes documentos, consoante observação do §3º do art. 10 da Resolução Administrativa nº 02/2025-TCMPA.**

6. DA ATUALIZAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A atualização e alteração dos preços registrados serão realizados em obediência aos artigos 22, 23 e 24 da RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2/2025/TCMPA, de 18 de março de 2025, in verbis:

Art 22. Os preços poderão ser atualizados a cada 12 meses através de índice de reajuste fixado em Edital, aplicado sobre o valor original da ata.

§ 1º A atualização de que trata o caput será feita de forma automática na hipótese da prorrogação da Ata.

§ 2º Em casos de objetos inseridos em mercados reconhecidamente voláteis, assim entendidos com aqueles de alta variação de preços, poderá, mediante justificativa fundamentada, ser fixado prazo de atualização de preços inferior ao prazo estabelecido no caput.

Art. 23. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução ou aumento incomum dos preços praticados no mercado, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º As ocorrências indicadas nos incisos I e II do caput deverão ser materializadas com documentos e informações que demonstrem o aumento ou redução extraordinários dos preços, podendo ser proposto pelo Contratado ou pela Administração, na hipótese do preço registrado se tornar acintosamente superior ao praticado pelo mercado.

Art. 24. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

§ 1º Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades

administrativas.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 25.

§ 3º Na hipótese de frustração da negociação prevista no §2º deste artigo, o gerenciador da ata convocará os fornecedores do cadastro adicional de que trata o art. 15, II, alínea "b" e nos termos do inciso I, do parágrafo único, art. 17.

§ 4º Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 26, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

§5º Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 29.”

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados serão realizados em obediência aos artigos 26 e 27 da RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2/2025/TCMPA, de 18 de março de 2025, in verbis:

Art. 26. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 24 ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§ 2º O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Art. 27. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Este item não cabe, **não é admitido na presente licitação**. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. **É possível a contratação de itens isolados de cada grupo ou lote, desde que haja justificativa e comprovada a vantagem econômica.**

10.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do licitante registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital Convocatório.

10.3. **Vinculam-se a esta Ata o Termo de Referência e a Proposta de preços apresentada para o competente registro de preços.**

10.4. E, para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços será assinada eletronicamente pelas partes para que produza seus efeitos legais.

LÚCIO DUTRA VALE

Conselheiro Presidente do TCM PA

Representante Legal

Empresa

ANEXO III

CONTRATO Nº XXX/2026/TCM/PA.

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE
MOBILIÁRIO FIRMADO ENTRE O TCM/PA E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E
CONDIÇÕES.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ/MF nº 04.789.665/0001-87, Inscrição Estadual nº 151.912.80-7, com sede na Trav. Magno de Araújo nº 474, bairro do Telégrafo, nesta de cidade de Belém/Pa, CEP 66.113-055, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro **LÚCIO DUTRA VALE**, brasileiro, casado, matrícula nº 500000969, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ Nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rua **XXXXXX**, Bairro: **XXXXXX - XXXXXX**, CEP **XXXXXX**, telefone: (XX) **XXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXX** neste ato representada pela Sr(a). **XXXXXXXXXX**, brasileira, inscrita no CPF sob n.º **XXXXXX**, portadora do RG n.º **XXXXXX** tendo em vista o que consta no Processo nº PA202617332 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão de Licitação Nº 900xx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. Aquisição e instalação de mobiliário destinado a atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico ° 90009/2026/TCMPA.
- 1.2. Os itens dos grupos contratados, e seus respectivos valores unitários, que foram registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2026, são os seguintes:**

GRUPO I - ASSENTOS					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	445412	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS.			
2	625040	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA.			
3	399298	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO.			
4	474177	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO Medidas: 800x900x900mm (LxPxA)			

5	610974	SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO Medidas: 2360x900x900mm (LxPxA)			
6	461908	POLTRONA DE ESPERA			
VALOR TOTAL GRUPO I					XXXX

GRUPO II - MOBILIÁRIO CORPORATIVO					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	613192	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
8	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
9	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)			
10	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)			
11	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)			
12	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)			
13	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE			

		TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)			
14	629932	DIVISORES DE MESA FRONTAIS Medidas: 1200x250mm (LxA)			
15	607705	DIVISORES DE MESA LATERAL Medidas: 600x250mm (LxA)			
16	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x1600mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm			
17	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x2000mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm			
18	389507	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600MM Medidas: 2200x600x735mm (LxPxA)			
19	629931	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600MM Medidas: 1600x600x735mm (LxPxA)			
20	629860	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO Medidas: Tampo Principal 1600x800x735mm (LxPxA)			
21	607705	MESA LATERAL Medidas: 600x600x600mm (LxPxA)			
22	630275	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x740mm (LxPxA)			
23	630274	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x1600mm (LxPxA)			
24	603768	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS Medidas: 1400x500x683mm (LxPxA)			
25	608467	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS Medidas: 800x300x2100mm (LxPxA)			
26	607703	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600MM. Medidas: 1400x600x1100mm (LxPxA)			
27	614634	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900MM. Medidas: 1800x900x740mm (LxPxA)			
28	230627	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS.			

		Medidas: 400x480x600mm (LxPxH)			
29	481005	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA Medidas: 1600x800mm (LxP)			
VALOR TOTAL GRUPO II					XXXX
VALOR TOTAL (GRUPO I + GRUPO II)					XXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta de Preços do que foi objeto do registro na Ata de Registro de Preços;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Eventuais alterações de preços reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, consignando que o CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.5. Conforme prevê o item 10.1 da Ata de Registro de Preços, é possível a contratação de itens isolados dos itens licitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Condições de Entrega

- 3.1.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, observado o disposto na Ata de Registro de Preços.
- 3.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.1.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, localizado na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, no horário de 08:00 às 14:00, mediante prévio agendamento.

- 3.1.4. A empresa deverá apresentar a Nota Fiscal contendo a descrição do objeto e indicando o número do Contrato acompanhado de TERMO DE GARANTIA DE FORNECEDOR, apêndice IV, para o devido atesto das mesmas.

3.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

- 3.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 3.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 3.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 3.2.4. A garantia abrange a realização da troca dos bens pelo próprio Contratado, caso sejam verificados defeitos aparentes, de fácil constatação, ou problema de operação, se for o caso, verificação por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 3.2.5. Em caso de defeito operacional, o fornecedor deverá enviar um técnico especializado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, para averiguar se o problema decorre de:
- 3.2.5.1. Defeito de fabricação (coberto pela garantia);
 - 3.2.5.2. Falha na instalação (coberto pela garantia, se executada sob a responsabilidade da Contratada);
 - 3.2.5.3. Outra(s) causa(s);
- 3.2.6. Caso seja comprovado defeito de fabricação ou falha na instalação, o fornecedor deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem custo para o contratante.
- 3.2.7. Em caso de substituição do equipamento, o fornecedor deverá arcar com os custos do novo equipamento e transporte do mesmo, desde que comprovada a origem do defeito.
- 3.2.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 3.2.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 3.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus

componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

- 3.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 3.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. Pela aquisição dos itens dos grupos descritos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ XXXX, conforme abaixo discriminados:
- 5.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Recebimento

- 6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração e **após a verificação da qualidade e quantidade do material fornecido e instalação e montagem (caso necessário)**, e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

- 6.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 6.1.8. As **atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento** ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

6.2. Liquidação

- 6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.
- 6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 6.2.2.1. O prazo de validade;
 - 6.2.2.2. A data da emissão;
 - 6.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 6.2.2.4. O valor a pagar;
 - 6.2.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133, de 2021.
- 6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - 6.2.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

- 6.2.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 6.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

6.3. Prazo de pagamento

- 6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, desde que não haja pendência de documentação, regularidade fiscal ou correção de falhas apontadas pela Administração.
- 6.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 6.3.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA, ainda, se for constatado, que os produtos entregues não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

6.4. Forma de pagamento

- 6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos

na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/2026.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Na hipótese de extinção do IPCA ou de sua evidente desatualização, será adotado outro índice que reflita a variação dos custos do setor ou da economia, a ser definido pela Administração.
- 7.4. O reajuste dar-se-á por meio de apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 8.7. Cientificar a diretoria jurídica do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 8.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel e e-mail que possibilitem contato imediato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 9.3. Atender os telefones informados na proposta, no horário de 08:00 às 17:00, bem como responder aos e-mails da fiscalização, no prazo máximo, de 24 horas úteis, cujo endereço eletrônico também deve ser disponibilizado em proposta. Quando a empresa se eximir em responder a e-mails ou atender aos telefones por 02 (dois) dias consecutivos, o fiscal deverá certificar em expediente próprio as informações pertinentes, como hora e dia do contato e anexação dos e-mails, solicitando a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade para eventual aplicação de penalidade;
- 9.4. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.5. Arcar com todos os custos diretos e indiretos da Contratação;
- 9.6. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.8. Entregar os bens no prazo determinado e nas quantidades e marcas cotadas, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo contratante;
- 9.9. Substituir, a suas expensas, os bens que estiverem em desacordo com as especificações deste Contrato ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições;

- 9.10.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.10.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.10.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.10.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 9.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.11.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 9.12.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.17.** Designar um profissional para coordenar o fornecimento, que atuará como facilitador entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, cabendo-lhe gerir todas as obrigações; coerências com o Termo de Referência ou quaisquer fatos sobre a entrega dos equipamentos para serem devidamente analisados e corrigidos;
- 9.18.** Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de qualquer justificativa por parte deste, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL, DA GARANTIA DOS BENS E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 10.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato a ser firmado.
- 10.2.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 10.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 10.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 10.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 10.3.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.4.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 10.5.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.6.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 10.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 10.7.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 10.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- 10.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 10.8.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.9.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.10.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 10.11.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.12.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 10.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 10.13.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

- 10.14.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 10.15.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 10.16.** A garantia de execução é **independente** de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DOS BENS, DA MANUTENÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 11.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 11.2.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 11.3.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 11.4.** A garantia abrange a realização da troca dos bens pelo próprio Contratado, caso sejam verificados defeitos aparentes, de fácil constatação, ou problema de operação, se for o caso, verificação por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 11.5.** Em caso de defeito operacional, o fornecedor deverá enviar um técnico especializado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, para averiguar se o problema decorre de:
- 11.5.1. Defeito de fabricação (coberto pela garantia);
 - 11.5.2. Falha na instalação (coberto pela garantia, se executada sob a responsabilidade da Contratada);
 - 11.5.3. Outra(s) causa(s);
- 11.6.** Caso seja comprovado defeito de fabricação ou falha na instalação, o fornecedor deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem custo para o contratante.
- 11.7.** Em caso de substituição do equipamento, o fornecedor deverá arcar com os custos do novo equipamento e transporte do mesmo, desde que comprovada a origem do defeito.
- 11.8.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 11.9.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 11.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem

como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

- 11.11.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 11.12.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155 e 156 da Lei nº14.133/2021)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 12.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “8.1.5”, “8.1.6”, “8.1.7” e “8.1.8” do subitem acima, bem como nas alíneas “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.4. **Multa:**
 - 12.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 12.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “8.1.1” a “8.1.8” de 0,5 % (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 12.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 12.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

- 13.1.** O presente Contrato poderá ser rescindido:
- 13.2.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; (hipóteses contidas no Art. 137 da Lei 14.133/2021).
- 13.3.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 13.4.** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.4.1.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 13.4.2.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- a) Devolução da garantia;
 - b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - c) Pagamento do custo da desmobilização.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1.** Será designado servidor do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do Inciso II do art.104 c/c Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.1.1.** Durante a vigência do contrato de fornecimento com prestação de garantia de funcionamento, os serviços técnicos serão acompanhados e fiscalizados por servidores de carreira, lotados no TCMPA, designados com essa finalidade, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a essa atribuição.
- 14.2.** O representante do TCMPA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 14.3.** A Contratada deverá manter preposto para representá-la durante a execução dos serviços ora tratados, desde que aceito pelo TCMPA.
- 14.4.** As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 14.5.** O Gestor do Contrato deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como as situações que exijam alterações contratuais, para autorização e demais providências à celebração do termo aditivo

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 15.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 15.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 15.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 15.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 15.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- 15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 15.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 15.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 15.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 15.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte **Classificação Orçamentária: 03101.01.122.1454-8742 - Aparelhamento e Adequação das Instalações Físicas. Fonte: 01500000001, Elemento de Despesa: 449052.**

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

- 18.1. O contrato deverá ser divulgado em até 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso I do art. 94 da lei 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato. E por estarem justos, contratados e de comum acordo, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, que declaram haver lido, na presença de duas testemunhas, para que possa produzir seus efeitos legais.

Belém-PA, dede 2026.

Conselheiro LÚCIO DUTRA VALE
Presidente do TCM PA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
CONTRATADA

Testemunhas:

1-Nome: _____ CPF/MF: _____

2-Nome: _____ CPF/MF: _____

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA Grupo 01

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

Ao

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº. _____, Inscrição Estadual nº. _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

GRUPO I - ASSENTOS					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	445412	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM ESTOFADO COM BRAÇOS REGULÁVEIS.	500 UN		
2	625040	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO EM TELA COM BRAÇOS REGULÁVEIS E APOIO DE CABEÇA.	80 UN		
3	399298	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO EM ESTOFADO COM ESPALDAR MÉDIO E APOIO DE BRAÇO.	100 UN		
4	474177	SOFÁ DE 01 LUGAR EM ESTOFADO Medidas: 800x900x900mm (LxPxA)	40 UN		
5	610974	SOFÁ DE 03 LUGARES EM ESTOFADO Medidas: 2360x900x900mm (LxPxA)	15 UN		
6	461908	POLTRONA DE ESPERA	30 UN		
VALOR TOTAL GRUPO I					

OBS. 01: Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento do objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, instalação, montagem, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

CONDIÇÕES DE ENTREGA: O objeto desta proposta será entregue no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas e instalações do objeto desta licitação deverão ser realizadas na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA, localizada na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, Belém/PA, de acordo com a solicitação de fornecimento, correndo por conta exclusiva da licitante os custos de transporte, frete, carregamento e descarregamento na forma necessária.

PRAZO DE GARANTIA DOS PRODUTOS: O prazo de garantia dos produtos será de 24 (vinte e quatro) meses, contados do fornecimento do objeto.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DECLARO que os produtos ofertados na presente proposta comercial atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo V, estando em conformidade com as características, dimensões, requisitos de desempenho e demais critérios técnicos exigidos, conforme demonstrado nos catálogos técnicos, especificações e imagens dos produtos apresentados, que acompanham esta proposta.

_____, ____ de _____ de 2026.

Proponente: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

NOME: _____

RG Nº. _____ CPF Nº. _____

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA Grupo 2

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

Ao

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº. _____, Inscrição Estadual nº. _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

O proponente apresenta proposta para: () Lote I () Lote II () Ambos

GRUPO II - MOBILIÁRIO CORPORATIVO					
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	613192	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INDIVIDUAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	50 UN		
8	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	40 UN		
9	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x700x740mm (LxPxA)	60 UN		
10	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)	10 UN		
11	602460	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO SIMPLES – MÓDULO	20 UN		

		COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1200 mm. Medidas: 1200x700x740mm (LxPxA)			
12	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO INICIAL – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)	50 UN		
13	629932	MESA RETANGULAR TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO DUPLA – MÓDULO COMPLEMENTO – COM PAINEL FRONTAL INFERIOR E SISTEMA DE PASSA-FIO EMBUTIDO – 1400 mm. Medidas: 1400x1400x740mm (LxPxA)	80 UN		
14	629932	DIVISORES DE MESA FRONTAIS Medidas: 1200x250mm (LxA)	150 UN		
15	607705	DIVISORES DE MESA LATERAL Medidas: 600x250mm (LxA)	250 UN		
16	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x1600mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm	30 UN		
17	603763	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR COM CAIXA DE TOMADA Medidas: 1200x2000mm (LxP) A Largura pode variar entre 1200 a 1300mm	5 UN		
18	389507	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 2200X600MM Medidas: 2200x600x735mm (LxPxA)	12 UN		
19	629931	MESA AUXILIAR COM PÉS TIPO TRAVE - 1600X600MM Medidas: 1600x600x735mm (LxPxA)	10 UN		
20	629860	MESA GERENCIAL COM ARMÁRIO LATERAL CONTENDO GAVETEIRO Medidas: Tampo Principal 1600x800x735mm (LxPxA)	60 UN		
21	607705	MESA LATERAL Medidas: 600x600x600mm (LxPxA)	40 UN		
22	630275	ARMÁRIO BAIXO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x740mm (LxPxA)	300 UN		
23	630274	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS SEM DIVISÃO CENTRAL Medidas: 800x500x1600mm (LxPxA)	80 UN		
24	603768	ARMÁRIO BAIXO COM 4 PORTAS Medidas: 1400x500x683mm (LxPxA)	30 UN		

25	608467	ARMÁRIO DE APOIO COM PRATELEIRAS Medidas: 800x300x2100mm (LxPxA)	20 UN		
26	607703	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1400X600MM. Medidas: 1400x600x1100mm (LxPxA)	5 UN		
27	614634	MESA RETANGULAR DE APOIO À COPA, COM PÉS TIPO TRAVE - 1800X900MM. Medidas: 1800x900x740mm (LxPxA)	10 UN		
28	230627	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETAS + GAVETÃO PARA PASTA SUSPENSAS. Medidas: 400x480x600mm (LxPxH)	500 UN		
29	481005	MESA RETA COM REGULAGEM DE ALTURA Medidas: 1600x800mm (LxP)	10 UN		
VALOR TOTAL GRUPO II					

OBS. 01: Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento do objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, instalação, montagem, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

CONDIÇÕES DE ENTREGA: O objeto desta proposta será entregue no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas e instalações do objeto desta licitação deverão ser realizadas na Sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM/PA, localizada na Travessa Magno de Araújo, 474, Bairro Telégrafo, CEP: 66.113-055, Belém/PA, de acordo com a solicitação de fornecimento, correndo por conta exclusiva da licitante os custos de transporte, frete, carregamento e descarregamento na forma necessária.

PRAZO DE GARANTIA DOS PRODUTOS: O prazo de garantia dos produtos será de 24 (vinte e quatro) meses, contados do fornecimento do objeto.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DECLARO que os produtos ofertados na presente proposta comercial atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo V, estando em conformidade com as características, dimensões, requisitos de desempenho e demais critérios técnicos exigidos, conforme

demonstrado nos catálogos técnicos, especificações e imagens dos produtos apresentados, que acompanham esta proposta.

_____, ____ de _____ de 2026.

Proponente: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Cidade: _____ Estado: _____
E-mail: _____
Telefone: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

NOME: _____
RG Nº. _____ CPF Nº. _____